

QUEM é QUEM

na Indústria Farmacêutica
em Portugal
2019



O Jornal Económico

SAÚDE  ONLINE



Pensamos na respiração,
para que milhões de doentes
possam respirar
sem pensar.



50
anos
a respirar
inovação

Precisa-se medicamento com estratégia

Propriedade

Megafin, Sociedade Editora SA

Diretor

Filipe Alves

Diretor Adjunto

Shrikesh Laxmidas

Conteúdos Editoriais

Miguel Múrias Mauritti
(Saúde Online)

Área Comercial

Cláudia Sousa (Diretora),
Elsa Soares, Isabel Silva,
Ana Catarino, Cristina Marques,
Cláudia Robalo.
Luís Araújo e Ricardo Anaia
(Saúde Online)

Fotografia e coordenação

Ludgero Zorro

Design e Paginação

Rute Marcelino (coordenadora)

Impressão

Jorge Fernandes

Revista distribuída
com **O Jornal Económico**
Rua Vieira da Silva 45,
1350-342 Lisboa



Miguel Múrias Mauritti
miguelmariamauritti@gmail.com



Vítor Norinha
vnorinha@jornaleconomico.pt

A Estratégia Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde 2016-2020 assenta numa política sustentável que deverá conciliar o rigor orçamental com o acesso à inovação terapêutica.

Mas a realidade é bem diferente. A política das cativações na saúde é uma boa imagem para quem nos vê a partir da janela de Bruxelas mas é muito má para quem precisa do SNS e da Saúde em geral. Mais. As orientações metodológicas que estão em discussão em meados do ano deixam todos os stakeholders preocupados. A ainda proposta de revisão das orientações metodológicas para a avaliação económica do medicamento “elimina da contabilização dos custos o ponto de vista do doente e da sociedade”, revelou o Público. O que importa é aquilo que o SNS pode poupar e aí temos as más experiências.

Este é um ano de todas as mudanças. Foi-se o ministro e os secretários de Estado da Saúde, ficou a saber-se que a presidente do INFARMED, a Autoridade Nacional do Medicamento, não será reconduzida, continuamos com a possibilidade do regulador se mudar para a “Invicta”, com todas as preocupações que gera para os colaboradores e respetivas famílias, enquanto mudaram a maioria das administrações hospitalares e dos institutos de Saúde, bem como os conselhos diretivos das cinco regiões de Saúde. Faltou-nos referir que também mudou o presidente do Conselho Nacional da Saúde.

Mas este também tem sido um ano de grande expectativas. Lembremo-nos que temos no nosso léxico uma nova palavra disruptiva, a imunoterapia, ou seja, estamos na transição para um novo mundo onde iremos tratar de doenças até aqui consideradas incuráveis. E é muito mais do que um substantivo, porque aspira a ser um adjetivo. A indústria farmacêutica está a mudar e a adaptar-se rapidamente. Foram introduzidos novos e mais eficazes medicamentos para satisfazer necessidades terapêuticas que até agora não era possível e, assim, caminhamos para o mundo dos biossimilares. O futuro será de poupança com o único objetivo de financiar inovação.

Perante tudo isto registamos comentários superlativos para a indústria farmacêutica nacional com Portugal a registar índices de reputação superiores à média global. Falta agora transferir esta percepção dos especialistas para o público em geral, para o cidadão comum e levá-lo a perceber o que faz uma indústria para o bem-estar social. Fazer bem não é fácil mas quando acontece é preciso sabê-lo transmitir e os estudos dizem-nos que o público tem pouco conhecimento sobre esta indústria, fixam-se apenas no custo do medicamento. O aumento da utilização de medicamentos genéricos é algo assumido, bem como a relevância da Rede de Cuidados de Saúde Primários. Faltará relevar a importância das farmácias comunitárias, sobretudo as desenvolvidas pelas IPSS e colocá-las a trabalhar em articulação com o SNS.



P8

08

Entrevista

Francisco Ramos, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, afirma em entrevista que uma legislatura não é suficiente para repor toda a capacidade do SNS.



P14

14

Análise

Aranda da Silva, afirma que Apesar da sua fragilidade jurídico-institucional e de várias ações que, na prática, contribuíram para o seu definhamento, o SNS sobrevive devido à vontade da população que o financia defende e utiliza e o empenho, dedicação e labor dos seus profissionais.



P18

18

Entrevista

Maria do Céu Machado aponta as negociações com as empresas farmacêuticas, a hipótese de transferência do INFARMED para o Porto e a falta recorrente de medicamentos nas farmácias, como os principais desafios que teve que enfrentar nos pouco mais de dois anos que presidiu à instituição.



P28

24

Entrevista

Em entrevista ao Jornal Económico, João Almeida Lopes, Presidente da APIFARMA, diz que a questão do custo da inovação não faz sentido porque, diz, não é uma despesa mas “um investimento que reduz os encargos com despesas de saúde e sociais.... E salva vidas!

28

Fórum

O Jornal Económico ouviu as opiniões de alguns gestores de topo da indústria farmacêutica a operar em Portugal sobre os grandes desafios que o setor enfrenta no médio prazo.

46

Diretório

Diretório das mais importantes empresas farmacêuticas a operar em Portugal

Guia para um final feliz

No contexto atual do SNS, e nas duas últimas décadas pelo menos, um elemento importante do relacionamento dos hospitais com as companhias farmacêuticas tem sido a dívida criada pelos primeiros



A indústria farmacêutica e o Serviço Nacional de Saúde (SNS) têm múltiplas formas de relacionamento, que se cruzam. Parte destes relacionamentos surge em etapas sucessivas: no momento de introdução de produtos no mercado, sua inclusão para participação por parte do SNS e respectivo preço, o relacionamento é entre cada companhia farmacêutica e o Infarmed, entidade pública que regula os aspectos associados com a entrada no mercado. Numa outra fase, a entidade SPMS – Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, estabelece relações de aquisição, através da compra centralizada, com processos

concurrais que procuram assegurar os melhores preços para o SNS. Nesta sequência, surge então a relação entre cada hospital e as companhias farmacêuticas, para a aquisição e pagamento dos medicamentos necessários.

No contexto atual do SNS, e nas duas últimas décadas pelo menos, um elemento importante do relacionamento dos hospitais com as companhias farmacêuticas tem sido a dívida criada pelos primeiros. O alargar de prazos de pagamentos tem sido frequente, ocorrendo situações de mais de 2 anos de atraso. É hoje reconhecido que têm existido ciclos de acumulação de dívidas por parte dos hos-

pitais, que depois dão lugar, com maior ou menor negociação, a reforços de orçamento dos hospitais para a regularização dessas dívidas. Nos últimos quatro anos, esses ciclos têm uma periodicidade anual – chega-se ao final de cada ano com uma dívida acumulada que dá lugar, nesse final do ano ou no início do ano seguinte, a mais verbas. O ritmo de acumulação de dívidas nos últimos dois anos, 2017 e 2018, rondou os 42 milhões de euros por mês, 500 milhões de euros por ano. Em 2019, por enquanto, este crescimento tem estado controlado, mas convém acompanhar os próximos meses. No passado, momentos de menor crescimento dos

pagamentos em atraso resultavam depois em aceleração acentuada das dívidas dos hospitais.

Apesar de grande parte da dívida dos hospitais públicos ser a empresas da indústria farmacêutica, isto não significa que sejam os medicamentos o motivo central dessa dívida. O não pagamento à indústria farmacêutica é, na minha interpretação, resultado de dificuldades de gestão face aos orçamentos atribuídos, que resultam em deixar de pagar aos fornecedores que têm maior robustez financeira para suportar esses atrasos. É natural que as empresas, de alguma forma, incorporem o tempo até receberem esses pagamentos em atraso nos preços que apresentam.

No entanto, mais relevante é perceber que papel tem essa acomodação de dívida por parte da indústria farmacêutica. Esse papel depende do modo como vejamos os orçamentos atribuídos aos hospitais públicos. Caso esses orçamentos sejam razoáveis para cobrir as despesas dos hospitais necessárias para cumprirem o que deles se pede em termos de assistência à população, então a capacidade e disponibilidade da indústria farmacêutica para acomodar dívida e pagamentos em atraso está a contribuir para o mau funcionamento dos hospitais públicos. Mas se os orçamentos iniciais que são definidos para os hospitais são insuficientes, reconhecidamente, para a atividade que têm de desenvolver, o que normalmente se denomina de subfinanciamento dos hospitais, então acomodar estas dívidas por parte da indústria farmacêutica é uma forma de ajuda ao SNS. Apesar de tudo, num SNS que funcione bem, tais dívidas não deveriam existir.

Desejavelmente, esta forma de relacionamento deverá ser eliminada, com os hospitais a deixarem de ter esta “fuga” para a dívida suportada pela indústria farmacêutica. Mas com a “tradição” de regularização regular de dívidas torna-se complicado quebrar o ciclo.

Fazê-lo exige que se crie um mecanismo pelo qual acomodar dívida por parte

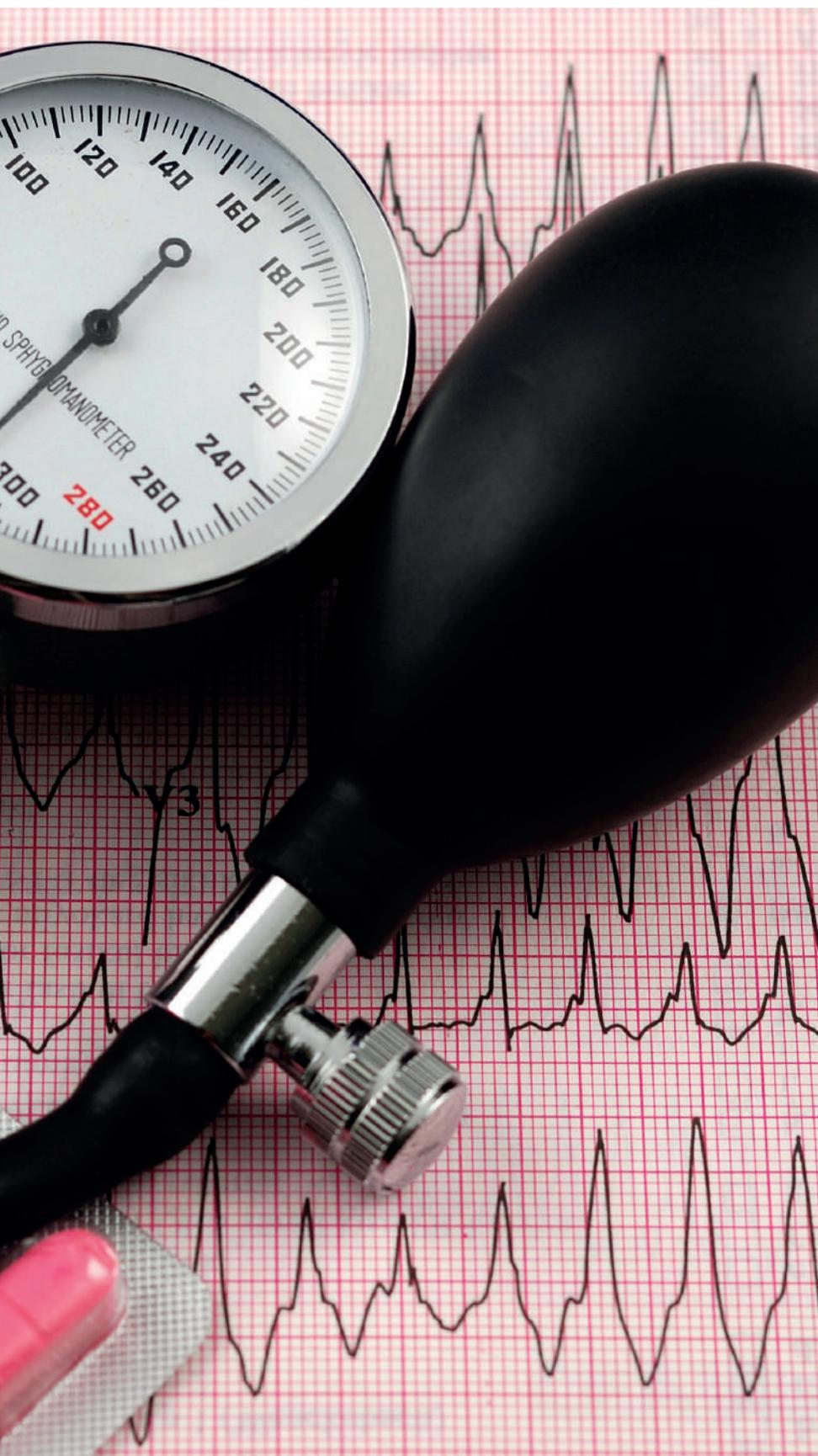
da indústria farmacêutica não seja benéfico ou neutral para esta.

Esse mecanismo até pode ser montado no quadro de outro nível de relações entre a indústria farmacêutica e o Ministério da Saúde (que tem a seu cargo a gestão do SNS). Em concreto, poderá haver aqui um papel adicional para as relações entre a Apifarma – Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica e o Ministério da Saúde. Esta relação materializou-se, no passado recente, desde 2011, por acordos globais destinados a dar segurança de contenção da despesa pública com medicamentos, que tiveram maior importância durante os tempos da troika. O utilizar disposições nestes acordos que sejam mais vantajosas para empresas às quais os hospitais não têm dívidas, ou para empresas que reportem relativamente cedo as dificuldades de pagamento dos hospitais, possibilitando uma intervenção do SNS junto da sua gestão, poderá ser uma via possível.

A indústria farmacêutica, ao longo dos anos, tem demonstrado grande capacidade de ajustamento e adaptação a diferentes contextos institucionais. A maior dificuldade estará provavelmente do lado do

“
No contexto atual do SNS, e nas duas últimas décadas pelo menos, um elemento importante do relacionamento dos hospitais com as companhias farmacêuticas tem sido a dívida criada pelos primeiros





Estado em criar regras ou condições que depois cumpra efetivamente, e que não gerem efeitos inesperados (contrários aos objetivos iniciais).

Contudo, o desenvolvimento de novos modelos de relacionamento não deverá fazer passar para segundo plano a questão central dos preços dos medicamentos, nomeadamente dos novos medicamentos que se pretende introduzir no mercado (hospitalar, em particular). É importante que a indústria farmacêutica, a nível global e não apenas em Portugal, reconheça que não é possível continuar a pressão ascendente sobre os preços dos novos produtos que tem estado presente na última década. Neste campo, o relacionamento entre o SNS (ou o Ministério da Saúde) e a indústria farmacêutica terá que passar para um nível supranacional, dado que é um problema partilhado por muitos países, e cuja solução terá que ser encontrada num quadro internacional. Dentro deste contexto, é interessante observar a forma como a própria indústria farmacêutica foi, ao longo dos anos, e de forma consistente, alterando a sua visão de fornecedor de produtos para se apresentar como parceiro estratégico dos sistemas de saúde. Há, por isso, ainda outros níveis de relação (na investigação científica, com os ensaios clínicos; no apoio à formação dos profissionais de saúde, sobretudo médicos, com regras crescentemente detalhadas; na cadeia de distribuição até ao cidadão, etc.). A relação entre o Ministério da Saúde/SNS e a indústria farmacêutica tem, pois, múltiplos canais, e por isso também várias oportunidades de ganhos mútuos com interesses alinhados, por um lado, e de tensões e antagonismos, por outro lado. Exige que se pense a nível local, de cada entidade que adquire produtos à indústria farmacêutica, a nível nacional, com mecanismos que ajudem ao bom funcionamento do SNS, e a nível supranacional, num quadro global que permita obter melhor inovação a preços mais comportáveis pelos sistemas de saúde. Se for conseguido, teremos um final feliz neste relacionamento.

Francisco Ramos, Secretário de Estado
Adjunto e da Saúde

“Os custos da inovação devem ser suportados pelo Estado”

As restrições orçamentais sempre existiram, de maior ou menor dimensão. A notícia menos agradável é que no futuro continuarão a existir restrições financeiras, pelo que se manterá a obrigação de melhorar a organização e os critérios de definição de prioridades.

As diferenças entre os prazos de pagamento aos fornecedores do SNS pelos hospitais devem-se ao facto de haver hospitais bem geridos e hospitais menos bem geridos. E também à pressão que os fornecedores, como as empresas farmacêuticas, que vendem normalmente a última geração de produtos a preços muito elevados, fazem aos organismos do estado. Quem o afirma é Francisco Ramos, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, em entrevista exclusiva ao *Jornal Económico*. Para o governante, as restrições financeiras, que inevitavelmente se manterão no futuro só podem ser colmatadas com a melhoria da organização e dos critérios de definição de prioridades, para que o SNS possa continuar a ser uma resposta de excelência.

Herdou uma pasta marcada por uma suborçamentação crónica, de mais de duas décadas. Em que é que este handicap dificulta a tarefa de governar um setor tão sensível como é o da Saúde?

As restrições orçamentais sempre existiram, de maior ou menor dimensão. A notícia menos agradável é que no futuro continuarão a existir restrições financei-

ras, pelo que se manterá a obrigação de melhorar a organização e os critérios de definição de prioridades, para que o SNS possa continuar a ser uma resposta de excelência.

Em 2019 encerra-se uma década muito difícil para o SNS e para o País. A redução de recursos até 2015 foi muito violenta e a recuperação que se processa desde 2016 é necessariamente lenta, devido a essas restrições orçamentais. Uma legislatura não é suficiente para repor toda a capacidade do SNS.

É possível alterar o paradigma, por exemplo para a celebração de programas bienais? O que seria necessário?

A programação plurianual pode ajudar o trabalho de planeamento, permitir alguma margem de manobra e algumas vantagens em termos de negociação de contratos com fornecedores, só para dar um exemplo. Mas não nos enganemos. Este planeamento não resolve a falta de recursos nos casos em que se verifica. A UE faz orçamentos para sete anos. Podemos assumir que há mais recursos por causa disso?

Sendo certo que há ainda algumas





ineficiências no sistema, a integração de lacunas com consequente redução da despesa tem limites.

Já se atingiram esses limites?

É sempre possível maximizar a eficiência, é esse esforço que temos feito quando estabelecemos metas a cumprir nos contratos-programa com os hospitais e cuidados de saúde primários. É o aumento da eficiência que visámos quando decidimos avançar com os projetos de autonomia de gestão, que preveem ganhos de eficiência já em 2019, que não passam apenas pela redução da despesa. Reduzir ineficiências está longe de significar apenas cortes na despesa, uma vez que estes planos incluem projetos de investimento e de melhoria de resultados. Passa também por ajustar e melhorar o atual panorama dos sistemas de informação. Independentemente disso, sabemos também que é utópico querer reduzir a ineficiência a 0.

As dívidas em atraso aos fornecedores, têm como causa a desorçamentação crónica ou há mais “culpados” pela situação?

As causas das dívidas são multifatoriais. Tem havido um esforço para aumentar os orçamentos na saúde e isso tem sido evidente nesta legislatura, mesmo sabendo que os valores não são os que todos gostaríamos. Adicionalmente temos injetado fundos regularmente para garantir que as dívidas em atraso sejam reduzidas e fiquem em valores historicamente baixos no final do ano. Mas repare: nem tudo passa por colocar mais dinheiro no sistema. Robustecer a organização do SNS continua a ser uma prioridade, que se manterá nos próximos anos.

As dívidas aos fornecedores têm também muito a ver com a pressão que estes fazem junto dos organismos do Estado. E neste leque refiro-me a fornecedores como as empresas farmacêuticas, que vendem normalmente a última geração de produtos a preços muito elevados.

Vimos há dias que há hospitais que



pagam em 10 dias enquanto outros pagam em mais de um ano. Como se explicam estas divergências tão acentuadas? É um problema de gestão?

Claro que sim. Há diferenças porque há diferenças de gestão. Há hospitais bem geridos e hospitais menos bem geridos. É no sentido de aproximar as várias realidades de gestão que estamos a desenvolver o referido programa de autonomia de gestão, alargando-a nas unidades melhor geridas, podendo contratar recursos humanos com regras muito mais flexíveis, e ajudando os que têm maiores dificuldades a superá-las e a caminhar para esse ideal de maior autonomia.

O mercado do medicamento é singular, dado ser o único em que quem escolhe

não paga, quem paga não toma e quem toma não escolhe nem paga. De que forma esta singularidade é responsável pela atual situação de dívida?

É verdade que o mercado é singular, mas a situação de dívida tem bastante mais a ver com preços e a sua subida muito elevada. Sabe quantos medicamentos recomendou para aprovação a Agência Europeia do Medicamento (EMA) no ano passado? 84, dos quais 42 eram substâncias que ainda não existiam no mercado, entre eles medicamentos para doenças raras e terapias avançadas. E não estamos a incluir aqui os dispositivos médicos. São produtos novos que colocam grande pressão sobre os sistemas de saúde, porque comportam por vezes custos que rondam o meio milhão por doente.

ENTREVISTA



É preciso equilibrar estes dois aspetos: o preço deve ter em conta a mais-valia. É este equilíbrio, atingível através de boa regulação, de boa negociação e da utilização racional das tecnologias da saúde que tem de nos mover a todos, envolver todos os parceiros. A avaliação dessas tecnologias, prévia e contínua, é um instrumento político e de gestão essencial para conseguir esse equilíbrio.

O doente/utente deveria ser chamado a contribuir mais para os custos com inovação?

Não, de forma alguma! Os custos com a inovação devem ser suportados pela entidade financiadora, ou seja, o Estado, que tem mais armas para lidar com os fornecedores e a quem cabe garantir o tra-

**“
A recuperação
que se processa
desde 2016.
Uma legislatura
não é suficiente
para repor toda
a capacidade
do SNS**



Na Astellas, estamos empenhados em transformar as inovações científicas em soluções médicas que tragam valor e esperança aos doentes de todo o mundo.

Todos os dias, trabalhamos para responder a necessidades médicas não atendidas nas áreas terapêuticas prioritárias, com foco em oncologia, urologia, anti-infecciosos e transplantação, ao mesmo tempo que promovemos novas áreas terapêuticas e alavancamos novas tecnologias de investigação. Continuamos dedicados a ir ao encontro das necessidades dos doentes, nunca deixando de os apoiar.

Através do nosso compromisso de proporcionar aos doentes a esperança de um futuro melhor, procuramos liderar o caminho nas nossas áreas de experiência terapêutica, concentrando-nos naquelas em que as necessidades médicas permanecem insatisfeitas. Através da inovação, continuaremos a identificar e a desenvolver novas formas de melhorar a saúde dos doentes.

Na Astellas, estamos focados em mudar o amanhã.

astellas.com.pt

Astellas Farma, Lda. NPR/2019/0005/PT, MAIO19

 **astellas**



tamento de todos os cidadãos, de forma equitativa.

Sempre que se fala de inovação surgem arrepios do lado de quem paga (normalmente o Estado).

Como é que define inovação?

Para quem vende é novidade, para quem compra deveria ser valor acrescido. É por esse motivo que a avaliação de medicamentos tem de demorar o tempo necessário. Temos de garantir que estamos a pagar a inovação, que traz mais-valias em relação aos tratamentos anteriores. Em alternativa, quem vende tem de baixar o preço face ao que já existe no mercado.

A indústria farmacêutica continua a queixar-se dos prazos para aprovação dos medicamentos em Portugal; que são demasiadamente longos.... É assim mesmo ou é uma questão empolada?

A indústria farmacêutica é altamente regulada. O financiamento público dos medicamentos é também altamente regulado, o que quer dizer que os prazos

de aprovação quer na fase técnica, pela EMA, na fase de autorização de introdução no mercado (AIM), quer na fase de financiamento, são longos. O que se perde em tempo de acesso ao mercado ganha-se em segurança e garantia de qualidade.

Aqui há dias, numa conferência, ouvi um eminente académico revelar que em cerca de uma centena de novos

medicamentos para o cancro analisados, a média encontrada para o acréscimo de vida sem doença era de 2.6 meses.

Isto confirma que no contexto da inovação com valor terapêutico acrescentado há também muito inovação que é mera novidade, mas que infelizmente utilizamos e desperdiçamos recursos com ela.

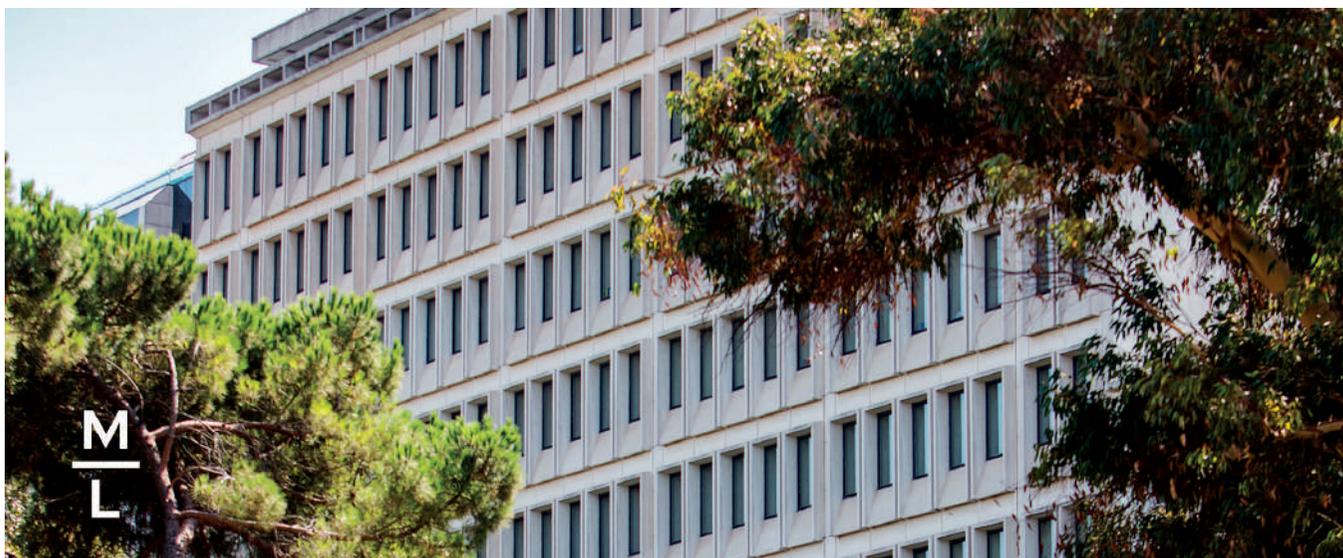
As dificuldades por que passam as farmácias comunitárias estão na ordem do dia. Cerca de 30% estão à beira da falência. Pode o Governo aprovar medidas que mitiguem a situação?

Quais?

Estou convencido que não é preciso porque as farmácias têm a força e resiliência necessárias para resolver os problemas, como aliás, o próprio Presidente Marcelo Rebelo de Sousa disse recentemente, em sessão de homenagem à Professora Doutora Odette Ferreira. O Governo está sempre atento à situação do setor, mas, francamente, não me parece que algum segmento da cadeira de valor do medicamento careça de ajudas públicas.

“

É sempre possível maximizar a eficiência, é esse esforço que temos feito quando estabelecemos metas a cumprir nos contratos-programa com os hospitais e CSP



Canábis para fins medicinais: novas oportunidades

A prestação de serviços jurídicos ao setor da saúde, enquanto setor de atividade sujeito a regulação, exige, por um lado, conhecimentos jurídicos altamente especializados, mas também capacidade de intervenção integrada em diversos planos e sobre matérias muito distintas, relevantes para a atividade empresarial da indústria e da distribuição, como sejam o direito da concorrência, propriedade industrial e noutras áreas jurídicas transversais (societário, comercial, fiscal e laboral).

Além disso, o desenvolvimento científico e tecnológico na área dos medicamentos, dispositivos médicos e outras tecnologias de saúde imprime uma grande dinâmica ao setor, colocando, a todos os intervenientes, um desafio de atualização intensa e permanente.

Nos tempos mais recentes, na sequência de consensos formados na comunidade científica nesse sentido, o quadro regulatório da substância controlada canábis sofreu alterações significativas. À aprovação e entrada em vigor dos novos diplomas legais que regulam utilização de medicamentos, preparações e substâncias à base da planta da canábis, para fins medicinais, seguiu-se a aprovação recente,

pelo Infarmed, I.P, da lista de indicações terapêuticas consideradas apropriadas.

A salvaguarda da saúde pública e a prevenção de utilização indevida destes produtos justifica que, toda a cadeia, desde o cultivo da planta, até à sua preparação, distribuição e prescrição seja estritamente controlada.

Do novo quadro regulatório, emerge a necessidade de articulação de antigos procedimentos com novos, tendo em vista a (i) obtenção de autorização para o exercício das atividades de cultivo, comércio grossista, importação, exportação e transito de produtos à base de canábis; (ii) obtenção de autorização de introdução no mercado de medicamentos à base de canábis; e (iii) autorização de colocação no mercado de preparações ou substâncias à base da planta da canábis.

O novo enquadramento regulatório, o potencial de exploração das propriedades medicinais da canábis, um clima temperado favorável ao cultivo e o posicionamento geográfico de Portugal (integrado na Europa continental e virado para o continente americano) colocam o país na mira dos investidores.

M
L **MORAIS LEITÃO**
GALVÃO TELES, SOARES DA SILVA
& ASSOCIADOS

EQUIPA



Fernanda Matoso
Sócia



Alessandro Azevedo
Associado

www.mlgs.pt

A indústria farmacêutica e o Serviço Nacional de Saúde

Apesar da sua fragilidade jurídico-institucional e de várias ações que, na prática, contribuíram para o seu definhamento, o SNS sobrevive pela conjugação de dois fatores: a vontade da população que o financia defende e utiliza e o empenho, dedicação e labor dos seus profissionais

No ano em que se comemoram quarenta anos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) é importante recordar, como afirmávamos no ano passado, que “o crescimento da oferta de serviços por parte dos Sistemas de Saúde e em particular pelos sistemas Públicos como é o caso do Serviço Nacional de saúde criou um importante mercado de bens e serviços que era impensável há quarenta anos.”

“A prestação de cuidados de saúde por parte dos Sistemas Públicos de Saúde, com vários formatos e sistemas de financiamento, são hoje na Europa, não só um direito dos cidadãos, consagrado constitucionalmente, como também um fator de coesão social com elevado contributo para o desenvolvimento económico e científico de cada país.”

Ao longo destes anos gerou-se um largo consenso sobre a sua importância social e económica e sobre os resultados obtidos em ganhos em saúde para a população. Apesar da sua fragilidade jurídico-institucional e de várias ações que, na prática, contribuíram para o seu definhamento, o SNS sobrevive pela conjugação de dois fatores: a vontade da população que o financia defende e utiliza e o empenho, dedicação e labor dos seus profissionais. O SNS é em Portugal um instrumento decisivo de solidariedade, de promoção da saúde e bem-estar, de produção de riqueza e de coesão social.

Para além disso, a introdução no nosso país de numerosas tecnologias de saúde, nomeadamente os medicamentos foi um aspeto determinante para se obterem



pbbr.a

SOCIEDADE
DE ADVOGADOS, SP, RL

Rita Roque de Pinho
Advogada

www.pbbr.pt



Finalmente o “novo” Regulamento Europeu de ensaios clínicos?

Em 16.04.2014 foi aprovado o Regulamento Europeu n.º 536/2014, relativo a ensaios clínicos de medicamentos (o “Regulamento”), que altera a regulamentação de ensaios clínicos na UE.

Curiosamente, na mesma data foi publicada em Diário da República, a Lei da Investigação Clínica (“LIC”), Lei n.º 21/2014, que regula a realização de estudos clínicos em Portugal, o que inclui ensaios clínicos.

O Regulamento tem como objetivo criar um ambiente favorável à realização de ensaios clínicos na UE, sem contudo, ferir os padrões éticos pelos quais se deve pautar a experimentação clínica. Portanto, a par de um elevado nível de exigência na proteção de participantes em ensaios, o Regulamento estabelece o reforço da transparência quanto à informação publicada acerca dos mesmos para permitir um maior escrutínio de todas as atividades que vão desde o pedido de autorização, até à divulgação dos resultados de ensaios.

O Regulamento introduz um sistema harmonizado na UE quanto aos procedimentos aplicáveis à aprovação, monitorização e publicação dos resultados de ensaios clínicos, que se traduz na maior coordenação entre os Estados Membros e permite uma maior eficiência e desburocratização dos proces-

sos, sobretudo no que diz respeito a ensaios clínicos multinacionais. Este novo modelo assenta na centralização dos processos de autorização num sistema de informação único gerido pela EMA, em colaboração com os Estados Membros e a Comissão Europeia, que integra o portal e a base de dados de ensaios clínicos da UE, o “Sistema de Informação”, e será o ponto de entrada único para a submissão dos pedidos.

Apesar de ter entrado em vigor em 16.06.2014, a plena aplicação do Regulamento depende da operacionalidade do Sistema de Informação, que está sujeito a uma auditoria independente para validação da sua funcionalidade, e publicação pela Comissão Europeia de aviso no jornal oficial da UE confirmando esta plena operacionalidade. O Regulamento apenas será aplicado após o decurso do prazo de 6 meses após aquela publicação.

Devido a dificuldades na implementação do Sistema de Informação, a plena aplicação do Regulamento, prevista para Setembro de 2018, foi adiada, e está agora prevista para 2020.

A aplicação do Regulamento em Portugal suscita a questão da sua articulação com a LIC, já que parte do seu âmbito é coincidente.

Está em processo legislativo, a lei que deverá assegurar a execução do Regulamento na ordem jurídica interna. A respetiva proposta de Lei, prevê a derrogação da LIC pelo Regulamento na parte respeitante a ensaios clínicos a partir da data de início de aplicação do Regulamento, embora estabeleça um período de transição de 3 anos. No entanto, a proposta de Lei, não define como será feita a articulação do atual Registo Nacional de Estudos Clínicos, com o Sistema de Informação, prevendo apenas que deverá ser assegurada a interoperacionalidade dos sistemas para que o primeiro assegure a divulgação integrada de estudos clínicos, incluindo de ensaios clínicos. É importante também clarificar a articulação do novo regime com a nova regulamentação no domínio da proteção de dados pessoais. A aprovação do Regulamento procura dar resposta aos enormes desafios que se colocam ao desenvolvimento de atividades de investigação e desenvolvimento na Europa. Para que este desígnio seja atingido, é fundamental que a desejada uniformização da regulamentação de ensaios clínicos seja uma realidade em toda a UE, o que no caso português implicará a necessária clarificação de questões suscitadas pelo confronto da LIC com o Regulamento.



os ganhos em saúde que hoje colocam o nosso sistema de saúde nos lugares cimeiros entre os países mais desenvolvidos. Ao contrário do que acontece noutros setores, na área da saúde são mensuráveis os ganhos obtidos como investimentos públicos efetuados ao longo destes anos.

As novas fases da construção Europeia na área do medicamento criaram novos desafios e colocam as questões do medicamento num novo patamar que tem de ter em conta o desenvolvimento da investigação de novas soluções terapêuticas na Europa; a necessidade de melhorar o conhecimento dos padrões de consumo; a utilização de metodologia científica na avaliação das novas tecnologias e a criação de um sistema de informação eficiente e útil para as autoridades, consumidores e parceiros económicos. Não basta colocar medicamentos seguros e eficazes no mercado, é necessário assegurar que a sua prescrição seja adequada às indicações terapêuticas aprovadas e a sua utilização seja segura e conte com a adesão dos doentes aos tratamentos. O desenvolvi-

mento de estudos sobre a utilização dos medicamentos e o seguimento farmacoterapêutico dos doentes tem de ser uma prioridade dos sistemas de saúde. Estudos robustos provam que, muitas vezes, os custos associados à mortalidade e morbilidade, por incorreta utilização dos medicamentos, são superiores aos custos da terapêutica instituída, pois nem sempre um diagnóstico correto, prescrição e dispensa adequados correspondem a uma correta utilização do medicamento por parte do doente.

Não é socialmente e economicamente aceitável que novas tecnologias, que implicaram enormes investimentos na investigação e desenvolvimento, sejam mal utilizadas sem benefício para o doente, envolvam riscos desnecessários e constituam desperdício económico para a sociedade.

O desenvolvimento da rede EUnetHTA e a articulação com a avaliação económica do medicamento é um passo importante para que se ajustem as estruturas europeias aos novos desafios.

Os ministros da Saúde da União Europeia têm tomado posição sobre a ne-

cessidade de se avaliar a efetividade das tecnologias de forma a garantir a sustentabilidade dos Sistemas de Saúde.

É um imperativo nacional desenvolver-se um sistema de avaliação de tecnologias da saúde, com intervenção de peritos qualificados e independentes, nas áreas da avaliação terapêutica, económica e epidemiológica, com processos transparentes e auditáveis, sendo uma garantia para que exista equidade no acesso às novas tecnologias e se tomem decisões políticas que não ponham em causa a sustentabilidade do SNS.

Como medida recente regista-se a aprovação pelo Conselho de Ministros da “Estratégia Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde 2016-2020” (Resolução do Conselho de Ministros nº56/2016 de 13 outubro de 2016).

A existência de uma autoridade reguladora com massa crítica reconhecida cientificamente e independente, não condicionada pelos ciclos políticos, com financiamento assegurado pela cobrança de taxas de comercialização é indispensável para que tais objetivos sejam atingidos.

O grande desafio do SNS é tomarmos uma decisão

Quais os principais desafios de regulação que, como advogado, identifica para a indústria farmacêutica?

Embora à partida os desafios pareçam inúmeros, uns de natureza mais profunda e estrutural e outros mais correntes, a verdade é que quase todos acabam por se reconduzir a um único problema de base: a crónica suborçamentação do SNS. E é a resolução desse problema que pressupõe um desafio essencial – a decisão sobre que qualidade de vida pretendemos ter num cenário em que a esperança média de vida tem vindo progressivamente a aumentar. Neste sentido, de uma maneira talvez simplista, o grande desafio é tomar uma decisão.

Como assim?

A decisão de saber se queremos alocar ao SNS uma parte mais substancial do orçamento, que nos permita estar em linha com os países da UE que têm dotações orçamentais adequadas, que permitem que os seus cidadãos possam ter acesso aos medicamentos e às técnicas mais inovadoras, ou se, ao invés, continuamos a manter um cenário de permanente suborçamentação, com todos os efeitos perversos que tal implica. E não basta dizer que o orçamento do SNS tem aumentado, pois o que está em causa é que não tem aumentado o suficiente. É essa falta crónica de meios financeiros do SNS que depois cria, em catadupa, todos os outros problemas ou desafios, depende como lhe quiser chamar.

A que situações se está a referir?

Por exemplo, a falta de alguns medicamentos nas farmácias, pois estes são desviados para o circuito da exportação, visto que o preço em Portugal está completamente esmagado e é mais rentável colocá-los noutros países, mesmo da UE, onde o preço é mais elevado. Obviamente, esta situação só acontece



Nelson Raposo Bernardo
Sócio e Advogado da Raposo Bernardo
& Associados – Sociedade de Advogados

por causa da falta de meios do SNS, que impede que as comparticipações sejam mais equilibradas em relação às que se vêm noutros países da UE. Outro exemplo são os prazos de avaliação das comparticipações de novos medicamentos, mesmo já com base no recente SINATS, que se arrastam sem sentido. A verdade é que não falta regulação, em termos de técnica jurídica esta até tem um bom nível, mas o que está em causa é que a regulação já é elaborada para um cenário em que se pressupõe que o processo tem de ser complexo e demorado, quase como se fosse um instrumento de apoio ao controlo da despesa em saúde, através da dificuldade ou complexidade do processo da comparticipação.

Isso quer dizer que a própria regulamentação legal reflecte essa suborçamentação?

É evidente que sim, por natureza isso acontece com toda a legislação, não apenas com a do sector da saúde. As soluções que constam das leis são condicionadas pelas opções que se tomam e estas são determinadas por diversas circunstâncias. Sucede que no sector da saúde a circunstância que tem sido mais relevante e tem prevalecido é a falta de meios financeiros do SNS, o que depois determina todas as opções que se queiram tomar e que acabam por estar reflectidas na própria legislação.

Quer dar um exemplo concreto?

O que não faltam são exemplos mas posso destacar um com incidência prática no dia-a-dia, que são as limitações legais, cada vez mais apertadas, na maneira como a indústria farmacêutica pode contribuir para a formação dos profissionais de saúde. Essa formação devia ser encargo do SNS, mas obviamente que esse cenário não se coloca nem se colocará, pela tal crónica falta de meios. Mas a ser assim a legislação não devia conter tantas limitações que acabam por dificultar e restringir o acesso dos profissionais de saúde à formação científica que se indústria não lhe proporciona também não será o Estado a fazê-lo. As regras actuais têm limitações de lugar, de modo, de forma, de procedimentos, de conteúdo, de beneficiários e de reporte. É um claro excesso, a legislação quase parte do princípio de que toda a formação científica é marketing, quando na esmagadora maioria dos casos isso não é assim. E com isso perdemos todos porque é óbvio que a permanente actualização dos profissionais de saúde sobre as principais inovações científicas é fundamental para o aumento permanente da qualidade dos serviços médicos prestados aos cidadãos.



Preço dos medicamentos: “Transparência, pede-se com urgência!”

As empresas farmacêuticas como um pilar em saúde pública têm de balancear os interesses dos acionistas e o interesse da saúde da população. Transparência, pede-se com urgência!

Prestes a terminar o mandato à frente do INFARMED, Maria do Céu Machado aponta as negociações com as empresas farmacêuticas, a hipótese de transferência do INFARMED para o Porto e a indisponibilidade recorrente de medicamentos nas farmácias, como os principais desafios que teve que enfrentar nos pouco mais de dois anos que presidiu à instituição. E deixa obra: alterações no SINATS que vieram facilitar a avaliação dos medicamentos; incentivos à investigação, através do reforço dos ensaios clínicos; nova edição do e-book e uma nova plataforma e novas unidades de farmacovigilância; legislação e gabinete cannabis. Em entrevista exclusiva ao Jornal Económico responde às queixas recorrentes de lentidão na aprovação de novos medicamentos contrapondo: “Atualmente é mais longo o tempo de negociação do que o de avaliação”.

Nesta reta final do mandato à frente do INFARMED, que balanço faz destes cerca de dois anos de trabalho?

Balança muito positivo, claro. Sou pediatra, sou otimista.

Foi mais difícil do que supôs iria ser quando aceitou o cargo?

Não, foi diferente. Uma grande aprendizagem sob o ponto de vista de gestão e liderança, e também científica, farmacológica e médica. Um Conselho Directivo

sólido e coeso. Colaboradores competentes e disponíveis. Uma presidência feliz!

Qual foi a situação mais complicada que teve de enfrentar?

Identifico 3: as reuniões de negociação com as empresas farmacêuticas, a hipótese de transferência do INFARMED para fora de Lisboa e a indisponibilidade recorrente de medicamentos nas farmácias.

Quais as principais medidas implementadas durante a sua gestão?

A alteração ao SINATS que facilita a avaliação dos medicamentos; o incentivo

à investigação (reforço dos ensaios clínicos); nova edição do e-book, plataforma e novas unidades de farmacovigilância; legislação e gabinete cannabis; gestão de risco organizacional; novos procedimentos e orientações de gestão da Indisponibilidade do Medicamento; novos regulamentos de Dispositivos Médicos e Cosméticos.

Reforço da posição do INFARMED na agência europeia como país de referência e aprovação do INFARMED como agente de inspeção pela FDA, entre muitas outras como o projeto INCLUIR com envolvimento das Associações de Doentes.

As empresas farmacêuticas mantêm as queixas de que os processos de aprovação são muito lentos. Houve a promessa de que esse problema iria ser resolvido. O que aconteceu?

Quando este CD iniciou funções em 2017, havia processos pendentes desde 2010. Quando fechamos os mais antigos (e quisemos “arrumar a casa”), a média de dias de aprovação sobe mais de 500 dias. Atualmente é mais longo o tempo de negociação do que o de avaliação. Os valores financeiros são elevados e com o envelhecimento da população e o aumento da polimorbilidade, os custos são enormes.

Há também queixas de que os doentes portugueses não têm acesso a inovação

“
A definição de que (as PAP) são apenas para situações de risco de vida ou de complicações que ponham a vida em risco não se cumprem e estão banalizadas para patologias comuns



disponível noutros países europeus.

Partilha esta perceção?

Nem pensar, antes pelo contrário. Exatamente para permitir um acesso precoce, foram criadas as famosas AUE (Autorização de Utilização Excepcional), que atualmente são aprovadas num Programa de Acesso Precoce (PAP), sem custos durante o período de avaliação. A definição de que são apenas para situações de risco de vida ou de complicações que ponham a vida em risco não se cumprem e estão banalizadas para patologias comuns. A EMA aprova genericamente quase tudo e deixa depois a avaliação ao critério dos países.

Claro que se tivéssemos mais ensaios clínicos em Portugal, essa seria também uma forma de acesso precoce à inovação

“

**Em mercado
concorrencial
(medicamentos
genéricos sobre
medicamentos de
marca com genérico
disponível)
que achamos muito
mais real, já
chegamos aos 63%**

Dizia, há um ano, que “a inovação está a um preço inexplicavelmente oneroso e não se acredita que resulte do custo da investigação”. Mantém essa perceção?

Sim, gostava de ver transparência nos custos da investigação

Pensa que os Estados deveriam intervir na formação do preço da inovação?

De que forma?

As tentativas têm sido várias. Desde organização de vários países como BENELUX e La VALETTA e até da Comissão Europeia mas sem grandes avanços pois é difícil e mais uma vez se verifica a “falha arquitetónica” entre o Norte e o Sul. Os países do Norte têm empresas farmacêuticas e produção que, de certa forma, compensa indiretamente os gastos com medicamentos



ENTREVISTA

ropeu ou mesmo mundial. Dificuldade na obtenção de matéria-prima, fusão de empresas, maior rigor na auditoria a fábricas e a farmacovigilância são razões internacionais. Em Portugal, temos algumas (poucas) empresas farmacêuticas a ratear para dificultar exportação, alguns (poucos) distribuidores a ratear para facilitar exportação e algumas (poucas) farmácias com stocks insuficientes para o consumo diário devido às pequenas margens de lucro. Mas reunimos todos e há uma enorme boa vontade em resolver os problemas que se têm colocado e a consciência de que o acesso ao medicamento pelo cidadão português é da responsabilidade de todos

2019 vai ser, finalmente, o ano em que a quota de genéricos atinge 50%?

Conforme o cálculo que se fizer. Se a quota de genéricos for calculada tendo como numerador o nº de embalagens de medicamentos genéricos e como denominador o nº de embalagens de todos os medicamentos mesmo os que não têm ainda genérico, e sendo aprovados regularmente os inovadores, a quota “não mexe”. Em mercado concorrencial (medicamentos genéricos sobre medicamentos de marca com genérico disponível) que achamos muito mais real, já chegamos aos 63%. É muito bom e ao nível de países como a Alemanha.

A Indústria farmacêutica defende que muitos medicamentos terão, necessariamente, que subir de preço, sob pena de deixar de ter interesse a sua produção pela IF. Concorda?

Os princípios éticos de Beauchamp e Childress (1998) aplicam-se a todos, médicos, gestores e instituições, políticos e stakeholders. As empresas farmacêuticas como um pilar em saúde pública têm de balancear os interesses dos acionistas e o interesse da saúde da população. Transparência, pede-se com urgência!

Considera haver excesso de inovação?

Se considerarmos que 70% do aumento da esperança de vida é devida à inovação (segundo a indústria farmacêutica), não parece excessiva! Duas situações agravaram muito a inovação: a nova legislação que incentiva a investigação em medicamentos órfãos e doenças raras e a medicina personalizada com medicamentos específicos para o genoma do cancro. Artigo recente diz que dos 50% identificados como respondedores in vitro apenas 20% o serão realmente.

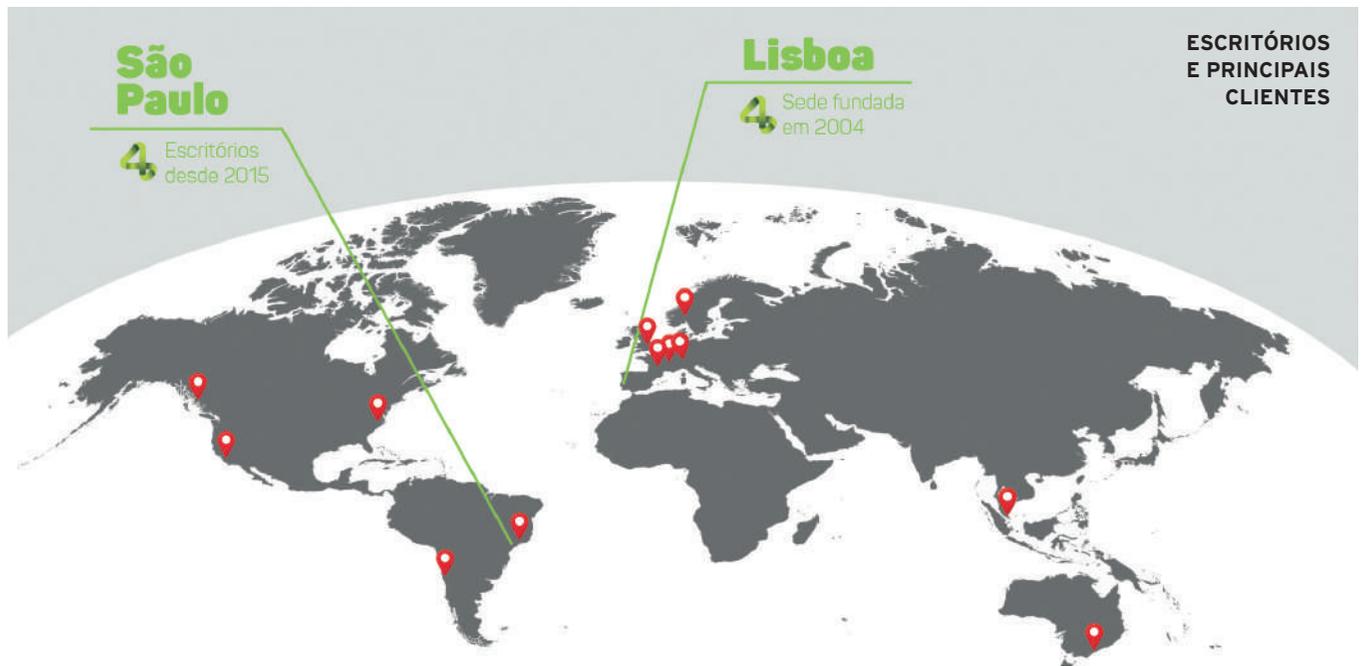
Falámos há um ano atrás na importância dos ensaios clínicos, não só pelos benefícios económicos, mas também, e sobretudo, por permitirem acesso

dos doentes à inovação. Tem-se assistido a um aumento do seu número?

Sim, felizmente e não tanto como gostaríamos. Estamos a terminar uma proposta de template financeiro nacional que poupa muito tempo na apreciação dos dossiers. Aderimos á Rede EATRIS – europeia de investigação de translação e somos um dos sócios fundadores da AICIB, agência de Investigação que esperamos ainda dê os primeiros passos este ano.

São recorrentes as queixas de falta de medicamentos nas farmácias comunitárias. E são muitas as razões apontadas para a lacuna. A seu ver, qual a verdadeira razão destas falhas?

Não é um problema português, é eu-



A Indústria farmacêutica 4.0: mas agora a sério!

A Indústria Farmacêutica fornece produtos a pessoas – i.e., medicamentos e tratamentos a pacientes!



JOSÉ C. MENEZES
CEO da 4Tune Engineering

Esta Indústria Farmacêutica está em transformação radical. Fala-se em modelos de remuneração diretamente ligados aos benefícios terapêuticos e não à aquisição do medicamento. Existem tratamentos personalizados, como as terapias celulares. São desafios sem precedentes aos paradigmas do desenvolvimento clínico e à produção farmacêutica utilizados há quase 75 anos.

É uma indústria em busca de níveis de excelência operacional sem paralelo, num ambiente de competição global, com inovação em rede e em significativa aceleração de todos os prazos e tempos. É uma indústria ávida de maiores níveis de automação, de integração e de tomada de decisão dos seus processos de negócio críticos. Numa palavra é Indústria 4.0, emergente, mas a sério!

A 4Tune Engineering (4TE) é líder e pioneira a nível mundial nas chamadas Ciências e Tecnologias da Manufatura (MS&T) nas Indústrias Farmacêuticas e de Bioengenharia

Temos colocado a nossa experiência - resultante do investimento anual superior a 20% da faturação em I&DT - à disposição desta Indústria de forma a que consiga resolver os seus problemas mais complexos. Isto permite que terapêuticas inovadoras cheguem ao mercado mais cedo e possam, finalmente, dar resposta

de forma eficaz, rápida e segura às necessidades dos pacientes.

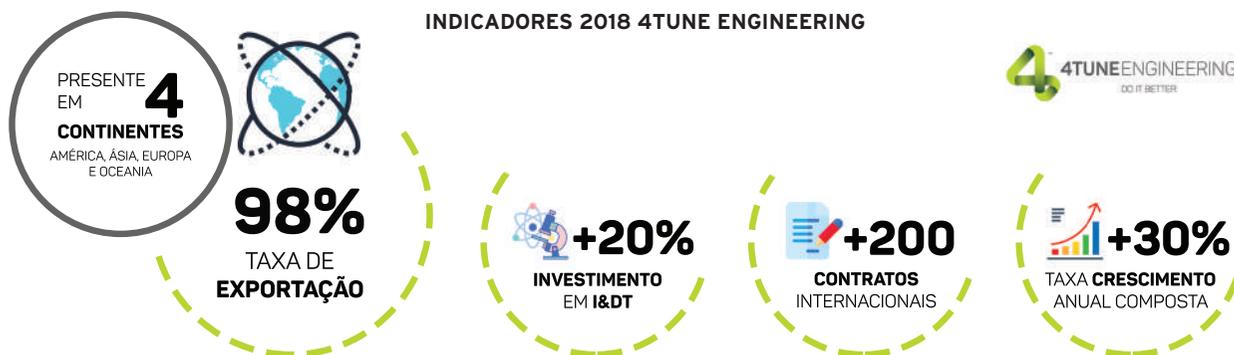
O Futuro da Indústria Mundial também passa por Portugal

A oferta da 4TE, alinhada com o futuro da indústria e com as expectativas do mercado, traz aos seus clientes serviços e produ-



www.4TuneEngineering.com

INDICADORES 2018 4TUNE ENGINEERING



tos (software) focados em áreas como gestão de risco, aceleração dos programas de desenvolvimento, excelência operacional, compliance regulatória e otimização do balanço risco-benefícios para os pacientes. 80% do seu negócio resulta de contratos com as maiores empresas mundiais. Trabalha com produtos farmacêuticos e biológicos, inovadores assim como genéricos e os chamados biossimilares.

A agilização da manufatura de produtos atualmente no mercado e a procura e implementação de novas terapias tem passado por uma intensificação e aceleração de processos nos últimos anos. Um exemplo disso é a área oncológica, cujos pacientes necessitam que terapias inovadoras entrem no mercado urgentemente. Como tal, uma área de competência e grande especialização da 4TE é a dos chamados produtos ‘biológicos’.

O reconhecimento da mais valia da 4TE a nível mundial é também confirmado pelo facto da empresa ser distinguida com vários prémios internacionais, ajudando a promover a Engenharia Portuguesa no Mundo.

Novos Medicamentos das maiores Empresas Farmacêuticas do Mundo

A 4TE estabelece uma colaboração personalizada, única e contínua para com os clientes por valorizar e integrar o know-how dos seus clientes, enriquecendo-o com a sua própria abordagem desenvolvido ao longo de mais de 15 anos com as maiores multinacionais. A capacidade de retenção de clientes é ímpar. A empresa investe na criação de relações de confiança que dão segurança aos seus clientes, perdurando para além dos projetos. Esta é a abordagem que hoje permite à 4TE ter em mãos o pi-

peline de vários clientes em medicamentos que ainda não se encontram no mercado.

Crescimento Estratégico

A 4TE está implementada e bem estabelecida no Brasil desde 2015. No ano de 2018 o mercado brasileiro representou 18% do Volume de Negócios do Grupo – significando um aumento de mais de 20% em relação ao ano anterior.

Devido ao sucesso no mercado LATAM e pela experiência adquirida em termos de internacionalização, o próximo passo será posicionar-se estrategicamente no emergente mercado asiático. Neste sentido, a empresa já desenvolveu, programou e traduziu o software iRISK™ para Mandarin. O iRISK™, software focado na Gestão e Análise de Risco criado tendo em conta as exigências da Indústria Farmacêutica, está totalmente alinhado com a transformação 4.0, razão pela qual já se encontra implementado nas operações diárias de algumas das maiores empresas farmacêuticas mundiais designadas por Large Pharma.

A 4TE atrai e retém recursos humanos com enorme talento a nível nacional.

O compromisso de ‘One-stop-shop’

A indústria Mundial tem entendido que existe em Portugal uma ‘one-stop-shop’ para os seus desafios mais pertinentes com soluções à medida do seu sector e contexto regulatório – a 4Tune Engineering. ‘Queremos que as soluções que providenciamos sejam um standard da indústria farmacêutica internacional na sua transformação 4.0’ – José C. Menezes, CEO da 4TE.

Devido a este compromisso, a 4TE tem sido reconhecida com prémios a nível global. O software iRISK™ foi galardoado com ‘The Most Promising Risk Management Solution Provider’ em 2017 e ‘The Most Reliable Risk & Compliance Tech Provider’ em 2019 – fortalecendo e consolidando a sua presença e crescimento.

As decisões discutir-se-ão em Portugal

Em 2019 ocorrerá a 3ª edição do Risk & Lifecycle Management Summit (10 e 11 de Outubro) que reunirá, à imagem dos eventos anteriores, os líderes mundiais nesta área para discutir e partilhar melhores-práticas e as tendências regulatórias emergentes de tudo aquilo que envolve Gestão de Risco e Ciclo de Vida das Indústrias Farmacêutica e Biofarmacêutica.



João Almeida Lopes, Presidente
da APIFARMA

Inovação não é custo, é investimento lucrativo

Tudo o que cria dificuldade de acesso dos cidadãos à saúde pode comprometer os bons resultados em saúde e inviabiliza uma boa utilização dos recursos de todos.

Com uma dívida superior a 700 milhões de euros, dos quais 491 de dívida vencida o Serviço Nacional de Saúde necessita com urgência de “instituir uma cultura de pagamento “a tempo e horas”, como defende a Diretiva Europeia dos Atrasos de Pagamento, sob pena de gerar nova dívida. Quem o diz é João Almeida Lopes, Presidente da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA), em entrevista exclusiva ao Jornal Económico. Para o dirigente, a questão sempre presente do custo elevado da inovação não faz sentido. Isto porque, afirma, não é uma despesa, mas um “um investimento que reduz os encargos com despesas de saúde e despesas sociais. Um investimento que salva vidas e que permite que as pessoas continuem a contribuir para a sociedade”.

O Preço dos medicamentos terá “inevitavelmente” que subir, referiu numa entrevista recente. Como se explica essa necessidade?

Existem medicamentos com uma degradação de preços tal que acabam por desaparecer das prateleiras das farmácias. Este aumento de preços não pode ser generalizado, mas sim nos escalões de preços mais baixos.

Quando maior for a diferença entre os preços praticados em Portugal e outros países maior será o apelo da cadeia logística para a exportação. Esta é uma questão de sus-

tentabilidade e de encontrar equilíbrios. Tudo o que cria dificuldade de acesso dos cidadãos à saúde pode comprometer os bons resultados em saúde e inviabiliza uma boa utilização dos recursos de todos.

Como se explica o atual panorama de dificuldades que vivem as farmácias portuguesas?

Nenhum agente da cadeia de valor do medicamento ficou imune às exigências do período de assistência financeira. A generalidade das farmácias, sobretudo as de pequena dimensão e mais afastadas dos centros de decisão, foi muito atingida quer pela diminuição de preços quer pelas alterações de margens de lucro. É o próprio Ministério da Saúde que reconhece que 50% do esforço de ajustamento realizado entre 2011 e 2014 corresponde ao contributo da cadeia de valor do medicamento. É preciso recordar que o reajuste de

“

Nenhum agente da cadeia de valor do medicamento ficou imune às exigências do período de assistência financeira





preços que ocorreu durante o período de ajustamento financeiro levou os preços dos medicamentos a caírem cerca de 30%, isto quando o preço dos medicamentos aprovados em Portugal já é dos mais baixos da União Europeia. A partir daí, os preços estagnaram, criando dificuldades permanentes aos agentes da cadeia de valor do medicamento e aos doentes que não encontram os medicamentos que precisam nas suas farmácias.

Os valores de fevereiro para as dívidas dos hospitais EPE tiveram uma ligeira redução, o que face ao padrão passado é melhor que mais um aumento da dívida (naturalmente), mas ainda não pode ser considerado uma mudança de regime... Continua a ser um problema “major” para as farmacêuticas?

A dinâmica da dívida aos fornecedores do SNS não deixa de ser um importante sinal para os agentes económicos, uma vez que concorre para a competitividade e para a confiança na economia portuguesa. Nesse sentido este é um indicador que monitorizamos com particular atenção.

Falta instituir uma cultura de pagamento “a tempo e horas”, como defende a Diretiva Europeia dos Atrasos de Pagamento, sob pena de gerar nova dívida.

Qual é o montante atual da dívida dos hospitais EPE à Indústria Farmacêutica?

Em Março de 2019 a dinâmica observada coincide com a da execução orçamental, i.e., de ligeiro aumento. A dívida total situa-se nos 748 milhões de euros.

E o montante de dívida vencida?

A dívida vencida situa-se nos 491 milhões de euros.

O problema tem uma distribuição comparável em todo o país ou varia em função da Região/ Hospital?

A dívida dos hospitais do Serviço Nacional de Saúde aos seus fornecedores é um problema nacional e deve ser encarado nessa dimensão, fruto de uma política de suborçamentação crónica da Saúde.

A maior parte dos hospitais tem uma dotação insuficiente que não permite fazer uma boa gestão de aquisições e de planeamento de operações.

Regista-se uma tendência para a evolução inflacionária dos preços dos medicamentos inovadores. Muitos não chegam aos doentes por o Estado não conseguir suportar o seu custo. Como vê que seria possível alterar este problema?

Essa é uma questão sem fundamento, como aliás deixou bem claro o estudo que a APIFARMA apresentou no final do ano passado. Mais que um preço a pagar, há um investimento a fazer. Um investimento na qualidade de vida e na longevidade dos cidadãos. Um investimento que reduz os encargos com despesas de saúde e despesas sociais. Um investimento que salva vidas e que permite que as pessoas continuem a contribuir para a sociedade. Nunca podemos ignorar que a avaliação de tecnologias de saúde, onde se inclui os medicamentos inovadores, tem de ter em conta a relação custo/ benefício e se essa tecnologia reduz a despesa futura temos de a incorporar no sistema.

A responsabilidade de dar acesso aos medicamentos inovadores não se cinge às farmacêuticas, depende também das prioridades políticas do país. É preciso procurar equilíbrios e é essencial que os sistemas de saúde prevejam com antecedência a entrada de novos medicamentos.

Qual tem sido a evolução do mercado farmacêutico, em termos económicos, em Portugal? É uma tendência que vem de trás?

O mercado tem vindo a crescer de acordo com as necessidades da população, com a evolução demográfica e com a melhoria do acesso à inovação. Apesar de tudo há que salientar que o crescimento é inferior à média dos países com os quais nos comparamos.

Deveria haver um maior investimento na Saúde, em termos orçamentais? De que



grandeza estamos a falar?

Actualmente Portugal é dos países europeus onde é menor o investimento em Saúde, quer em percentagem do PIB, quer no total da despesa do Estado. Não deveríamos fugir da média referência dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Há que começar um caminho de aproximação sob pena de agravar as diferenças em relação aos países do mundo ocidental. Temos de alinhar pela média da OCDE, sob pena de comprometer a qualidade do nosso Sistema de Saúde e

consequentemente os resultados em Saúde, que apesar das dificuldades têm sido positivos.

A despesa pública em saúde per capita em Portugal foi de apenas 66% do valor médio da OCDE. Isto, quando o PIB português representou 73% do PIB médio dos países da OCDE.

Defende a existência de orçamentos plurianuais? Quais as vantagens?

Uma orçamentação plurianual permitiria colocar a tónica da discussão do financiamento da Saúde numa óptica a médio e



longo prazo, projectando os investimentos necessários de forma ajustada e realista, abrindo assim o caminho ao reforço da sustentabilidade do sistema de Saúde em Portugal.

Com orçamentos plurianuais na Saúde seria possível planear e prever o real financiamento das linhas de actuação do SNS, conferindo estabilidade ao orçamento do SNS e ponto fim ao conceito de orçamentos suplementares ou tentações de suborçamentação.

Há pelo menos duas décadas que a

“
Falta instituir uma cultura de pagamento “a tempo e horas”, como defende a Diretiva Europeia dos Atrasos de Pagamento, sob pena de gerar nova dívida.”

Saúde está suborçamentada. Como se explica esta insistência, quando todos, agentes económicos e políticos concordam com a existência desta divergência?

Temos, cada vez mais, de considerar a Saúde em todas as políticas. E esta é uma decisão eminentemente política. Falta, aos decisores, dar esse passo.

Reconhecemos como positivo os reforços orçamentais que este Governo tem vindo a fazer ao longo da legislatura. No entanto, a Saúde em Portugal não escapará à situação de frágil sustentabilidade, falta de equidade e eterna dívida aos fornecedores, enquanto mantivermos um nível de financiamento público da saúde muito abaixo das necessidades dos portugueses.

O montante inscrito no OE para impostos sobre produtos de tabaco é de cerca de 1,5 mil milhões de euros. Pensa que seria correto que esta verba fosse aplicada no financiamento da Saúde?

Defendemos antes uma visão de longo prazo, materializada numa orçamentação plurianual e numa Lei de Programação para a Saúde que permita planear e prever o real financiamento das linhas de actuação do Serviço Nacional de Saúde. A efectivação dessa proposta seria um sinal claro da vontade política de iniciar o caminho da sustentabilidade do SNS.

Na sua opinião, qual o principal desafio que a IF terá de enfrentar este ano?

Teremos de continuar a defender uma convergência do investimento público em Saúde em Portugal com a média da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, a defender mais celeridade nos tempos de aprovação da inovação terapêutica em Portugal em linha com os prazos de aprovação nos países da Europa com os quais nos referenciamos e contribuir para promover Portugal como destino privilegiado para a prática das Ciências da Vida. Os portugueses ganharão se Portugal for um país pioneiro na Saúde em todas as políticas.

Os desafios do setor Farmacêutico, em tempos de grandes mudanças

Num ano em que a maioria dos titulares dos órgãos tutelares foram substituídos, o Jornal Económico pediu a alguns gestores de topo da Indústria Farmacêutica a operar em Portugal que apontassem os principais obstáculos ao crescimento das empresas; as eventuais necessidades de mudança na regulação e os compromissos que assumem perante a sociedade em que estão inseridas.



Luís Rocha

Public Affairs & Market Access Head –
Novartis Portugal

Não é possível falar-se dos desafios colocados ao setor do medicamento, sem os perspetivar nos valores e aspirações dos Portugueses, na transformação tecnológica e na mudança das necessidades de cuidados de saúde.

Correndo o risco de não ser compreensivo, elejo como prioritários os seguintes desafios:

- A recuperação financeira Portuguesa obrigará à manutenção de uma racionalidade que não deve coartar uma agenda de inovação promotora de crescimento económico.
- Envelhecimento da população portuguesa e o seu impacto na magnitude, tipo e cronicidade de cuidados de saúde

e respostas sociais a uma população muito mais idosa

- O desenvolvimento das tecnologias de informação em cuidados de saúde, promovendo a digitalização e o tratamento de dados a uma escala sem precedentes, otimizando e complementando processos clínicos e cuidados de saúde.

- O desenvolvimento do cluster da saúde, como motor económico; na potenciação da investigação científica e clínica, das exportações e do investimento, na internacionalização das empresas nacionais, no desenvolvimento de redes de colaboração e na promoção de emprego qualificado.

Do ponto de vista da inovação terapêutica, o momento não pode ser mais positivo; nunca se viu período tão produtivo em termos de medicamentos verdadeiramente transformadores para a vida de muitos doentes até agora sem resposta efetiva. Caminha-se a passos largos para a individualização terapêutica, associando tratamentos a testes diagnósticos.

E as novas terapêuticas celulares estão a transformar a prática da medicina, permitindo curar com uma única intervenção, doenças até agora intratáveis e de prognóstico

incapacitante e frequentemente letal.

Após uma longa sucessão de anos difíceis e estrangulamento financeiro, é imperativo voltar a dar prioridade à saúde.

Mas se conseguirmos somar o potencial da inovação digital, da inovação farmacêutica a uma forte aposta na inovação em cuidados de saúde, daremos resposta aos desafios colocados ao nosso futuro coletivo.



Prof. Dr. José C. Menezes

CEO & Founder
da 4Tune Engineering

A 4Tune Engineering surge durante uma viagem de carro em 2004 quando eu tinha acabado de fazer 40 anos e tive a ideia que era possível fazer mais pela indústria, pela minha experiência de quase uma década com grandes empresas internacionais de

biotecnologia, farmacêuticas e química-fina. Tive a noção que o conseguiria fazer a partir de Portugal com uma equipa de topo, motivada e capaz de entregar a empresas globais a excelência de serviço que sempre soube serem características da Engenharia Portuguesa.

O nosso trabalho tem três características principais. Primeiro aceleração. Nós aceleramos os programas de desenvolvimento nas empresas com as nossas plataformas, sem comprometer a qualidade, e com isso tornamos novas terapias acessíveis mais cedo aos pacientes.

Segundo, melhoramos os processos de negócio das empresas. Analisamos o ciclo de vida comercial de forma holística (em termos de cadeia) e integral (em termos temporais), identificando e controlando os riscos para a qualidade e a excelência operacional. Por fim, tornamos previsíveis numa perspetiva 4.0, os resultados de todas as operações, inclusive os benefícios terapêuticos para os pacientes.

Esta oferta, que denominamos por Ciências e Tecnologias da Manufatura (MS&T, Manufacturing Sciences & Technologies) constituem paradigmas emergentes da Qualidade como Ciência do Fabrico 4.0, é distinta de todos os nossos competidores. Não é por acaso que a 4Tune Engineering, tem ganho vários prémios internacionais. Por exemplo, com uma das nossas soluções - iRISK™ (2017 e 2019).



Carlos Sánchez-Luis

Country President
da AstraZeneca Portugal

A AstraZeneca, enquanto empresa orientada para a ciência, com um forte investimento em I&D e um dos pipelines mais promissores da indústria farmacêutica, o acesso, e a equidade de acesso dos doentes às terapêuticas que disponibilizamos é, para nós, um ponto central. Como tal, assumimo-nos como parceiros do Estado, promovendo o espírito de colaboração, baseado na confiança e na transparência, entre todos os agentes da saúde. O nosso foco passa, assim, por promover a melhoria do acesso dos doentes aos novos medicamentos, otimizando os resultados da sua utilização.

Portugal tem uma legislação globalmente adequada às necessidades do mercado, procurando, amiúde, replicar boas práticas. Assim, e não nos detendo no caso particular do Estatuto do Medicamento, diríamos que, como em tudo, há pontos de melhoria. E, esses pontos de melhoria não se referem aos quadros legislativos propriamente ditos, mas à forma como são implementados. Consideramos que é na implementação dos mesmos que existem mais oportunidades de melhoria. A AstraZeneca é a biofarmacêutica global que maior percentagem da sua receita anual aloca à I&D. Também por isso, tem um dos mais promissores pipelines da indústria farmacêutica. Investimos em produtos biológicos, pequenas moléculas, imunoterapia, engenharia de proteínas e em dispositivos que vão

garantir a sustentabilidade da companhia através do desenvolvimento, aprovação e lançamento de medicamentos inovadores. Temos em pipeline mais de 150 projetos de investigação em curso, 9 novos medicamentos em fases finais de investigação e contamos lançar, nos próximos 3 anos, mais de 30 novas abordagens terapêuticas, quer sejam novos medicamentos ou novas indicações de medicamentos já aprovados.



Silvia Guichardo

Diretora Geral da GSK Portugal

Os principais desafios que as empresas farmacêuticas enfrentam neste momento em Portugal, estão relacionados com o crónico subfinanciamento do sistema de saúde, revelado no facto de Portugal ser dos países da OCDE cujo investimento em saúde, em termos de percentagem do PIB, é mais baixo. Simultaneamente, é necessário repensar os atuais modelos de financiamento e procurar encontrar uma solução que permita, por um lado, garantir a sustentabilidade do sistema e, por outro, agilizar o acesso da população à inovação. No final, o que todos desejamos é um sistema equitativo, sustentável a longo prazo e que permita aos portugueses beneficiarem de qualidade de vida por muitos e bons anos. Para isso, é imperativo procurar responder ao desafio do subfinanciamento crónico, numa perspetiva de gestão estratégica de longo prazo do sistema, aproximando Portugal da média da OCDE no que diz respeito ao investimento em saúde. Isto implica maior cooperação entre todos

os atores, para promover a evolução de um paradigma centrado nos custos, para um paradigma centrado no valor para as pessoas. Colocar o doente e o cidadão no centro do sistema vai permitir a construção de um sistema de saúde mais humanista e, simultaneamente, mais sustentável, garantindo que os critérios financeiros não se sobrepõem à evidência epidemiológica e clínica.

Segundo o estudo “O Valor do Medicamento”, desenvolvido pela McKinsey para a APIFARMA, os medicamentos inovadores acrescentaram 2 milhões de anos de vida saudável (DALY) em Portugal, desde 1990, com poupanças em custos diretos na ordem dos 560 milhões de euros anuais. Resultados como estes têm de ser tidos em conta. As pessoas devem estar no centro do sistema.

A Indústria Farmacêutica está entre os principais investidores em I&D, tendo investido, em 2016, 146 mil milhões de euros, a nível mundial. É importante que a opinião pública tenha presente que o processo de I&D de um novo medicamento requer, em média, um investimento superior a 2 milhões de euros, ao longo de 12 a 13 anos. A somar a isto, há que ter em conta que apenas 1 em cada 3 dos medicamentos desenvolvidos geram retorno económico que supere os custos com I&D.

A ciência tem evoluído a uma velocidade impressionante, graças a um investimento considerável da indústria na pesquisa e desenvolvimento de novas soluções terapêuticas para necessidades médicas ainda não preenchidas. Este esforço tem resultado em inovações farmacêuticas que beneficiam a vida de milhões de doentes em todo o mundo, com um impacto muito positivo na saúde pública das diferentes comunidades.

O ano passado, a GSK foi a empresa farmacêutica com maior aumento (14%) do investimento em I&D na União Europeia. Atualmente, estamos a trabalhar no desenvolvimento de 62 potenciais novos medicamentos e vacinas.

Em Portugal, o Grupo GSK (GSK Farma, GSK Consumer e ViiV Healthcare) emprega mais de 200 profissionais e temos um histórico de compromisso e investimento em Portugal há mais de 20 anos. Nos últimos cinco anos, contribuímos, em média, com 25 milhões de euros/ano para a economia portuguesa e trabalhamos com cerca de 250 parceiros negócio locais. Trabalhamos, diariamente, para que os medicamentos e vacinas sejam acessíveis a todos os que deles precisam, independentemente do local onde vivem ou da sua capacidade económica.

Simultaneamente, promovemos relações de parceria com todos os nossos stakeholders, nomeadamente, as autoridades de saúde, a comunidade médica e os representantes dos doentes, pois acreditamos que é fundamental uma maior cooperação e compromisso entre todos os atores para se conseguir garantir a sustentabilidade do sistema de saúde a longo prazo e um modelo mais humanista, com a pessoa no centro.



Dr. Nelson Raposo Bernardo

Sócio e advogado da Raposo Bernardo & Associados – Sociedade de Advogados

Em geral a regulação farmacêutica portuguesa está dotada do enquadramento legal necessário para se encararem, com alguma tranquilidade, os desafios mais importantes que se apresentam à indústria farmacêutica. Entre esses desafios estará seguramente a agilização do processo de aprovação de medicamentos, seja no que respeita à autorização de introdução

no mercado, seja quanto aos prazos de avaliação das comparticipações. Em termos de regime, creio que o SINATS introduziu algumas melhorias no processo de avaliação mas ainda há um caminho importante a realizar, especialmente de natureza prática, porque a verdade é que, apesar de tudo, os procedimentos de avaliação ainda são muito complexos e especialmente demorados.

E este desafio está directamente relacionado com outro, do mesmo modo importante, que é o acesso do doente às mais recentes inovações no medicamento. Ainda que existam as autorizações de utilização especial (AUE) e os programas de acesso precoce (PAP), que de alguma maneira podem constituir uma alternativa temporária, o problema da excessiva demora na decisão de comparticipação subsiste.

Um terceiro desafio prende-se com a protecção de dados e a privacidade em geral. Apesar da indústria farmacêutica estar habituada a mover-se num quadro regulatório extremamente rigoroso e garantir um nível de compliance elevado, a verdade é que o facto de o RGPD estar em vigor há um ano, mas a anunciada lei nacional que pretende desenvolvê-lo ainda não ter sido aprovada, tem levado alguns players do sector a hesitar ou demorar na implementação das medidas necessárias para um cumprimento escrupuloso das novas exigências legais e regulamentares. Creio que este será um desafio relativamente fácil de resolver no segundo semestre do ano.

E, finalmente, um último desafio que deveria constituir uma assumida ambição nacional: a criação das condições para que Portugal possa, finalmente, passar a ser considerado internacionalmente como relevante na captação de projectos de investigação clínica, através da realização de ensaios clínicos. Pelo menos seria importante que conseguíssemos atingir o patamar já alcançado por países com condições comparáveis com o nosso.



Filipa Mota e Costa

Diretora-geral da Janssen-Cilag Farmacêutica (Grupo Johnson & Johnson)

É importante garantir que a legislação nacional no seu todo acompanhe a evolução que as tecnologias em saúde têm registado e os ganhos que têm trazido para o doente.

Desde 1990, os medicamentos inovadores evitaram em Portugal mais de 110 mil mortes e a esperança de vida foi prolongada até 10 anos. Este é um dado de um estudo recente da McKinsey feito em Portugal em oito áreas terapêuticas e que demonstra uma pequena parte do benefício do medicamento para a sociedade.

É, por isso, fundamental, assegurar níveis de equidade e de acesso ao medicamento cada vez maiores e a agilizar, tanto quanto possível, os procedimentos para avaliação e adoção de inovação de modo a que consigamos cumprir com os prazos previstos na lei.

A Janssen, companhia farmacêutica do grupo Johnson & Johnson, rege-se por valores sólidos e bem expressos no Credo, um documento com 75 anos que nos serve de bússola. Assumimos, entre outros compromissos, que “somos responsáveis perante a comunidade onde vivemos e trabalhamos.”

A Janssen Portugal, enquadrada neste espírito, está empenhada na diferença que pode fazer na vida dos portugueses, no impacto positivo que pode gerar no país, na responsabilidade que tem para com os profissionais de saúde, em particular pela partilha de conhecimento, bem como no

desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores.

É neste sentido que temos vindo a realizar várias ações de responsabilidade social: não só no apoio a IPSS, mas também incentivando ao voluntariado promovendo ações de reflorestação, de limpeza de praias, entre outras.

Mas deixe-me dar-lhe um exemplo concreto de uma perspetiva nem sempre pensada: enquanto parte do grupo Johnson & Johnson queremos ser a companhia mais saudável do mundo, aquela com os colaboradores mais saudáveis do planeta. E para isso temos vários programas em curso que nos valeram o prémio de “Saúde e Bem-estar” do Great Place To Work em 2019.

Queremos melhorar o mundo começando pelos nossos colaboradores. Um desafio que lançamos a nós próprios mas também a outros.

Se outras empresas nos seguirem, estaremos, também por esta via, a construir um mundo melhor. Só depende de cada um de nós.



Rita Roque de Pinho

PPBRA, Sociedade de Advogados, SP, RL

Os desafios que se colocam aos players da indústria farmacêutica a nível jurídico, resultam diretamente dos desafios do setor da saúde, que têm origem, essencialmente, em fatores económicos.

A introdução de medicamentos inovadores no sistema de saúde, a par da necessidade de observar os imperativos éticos de garantia de acesso, e equidade, cria fortes

desafios para a indústria farmacêutica, e para as entidades reguladoras, os quais têm impacto direto a nível regulatório.

Nesse contexto, a evolução que se tem verificado a nível da introdução de medicamentos inovadores caminha no sentido de um enquadramento regulatório mais complexo, em que a adoção de mecanismos de partilha de risco se tem intensificado, e a avaliação prévia se tem tornado mais exigente, envolvendo nomeadamente, o recurso a programas de acesso precoce com a dispensa gratuita de medicamentos.

A necessidade de controlo da despesa pública em medicamentos tem-se também traduzido num regime regulatório cada vez mais restritivo da publicidade a medicamentos, e a nível das regras de transparência nas relações entre profissionais de saúde e agentes da indústria. Esta tendência implica por um lado, a necessidade de controlos mais apertados por parte das empresas relativamente às suas práticas a nível da publicidade e comunicação, e introdução de políticas de compliance mais robustas. Por outro lado, suscita também dificuldades para as empresas que comercializam produtos sujeitos a esta forte regulação, em face do surgimento no mercado de múltiplos produtos fronteira, como é o caso de alguns suplementos alimentares, que não estão sujeitos às mesmas restrições a nível de publicidade, apresentam-se como produtos concorrentes de medicamentos, e não estão sujeitos à fiscalização do Infarmed.



Filipe Novais

Diretor-geral Astellas

Na Astellas primamos por investir numa inovação consciente, que traga vantagens claras para a terapêutica dos doentes. Assim, temos em desenvolvimento um pipeline de fármacos inovadores, destinados a áreas com opções terapêuticas limitadas, como por exemplo para a Anemia na Doença Renal Crónica, e para a Leucemia Mielóide Aguda (LMA).

Para o ano 2021, estão em desenvolvimento terapêuticas para Adenocarcinomas Gástrico e Pancreático, e Carcinoma Urotelial.

Quais são os principais obstáculos ao acesso aos novos medicamentos?

O sector da saúde em Portugal sofre um problema de subfinanciamento crónico. É muito importante a aposta na inovação, o recente estudo feito pela Apifarma com a McKinsey evidencia que os medicamentos inovadores reduziram hospitalizações e outros custos diretos com a saúde em cerca de 560M€.

Qual o compromisso social da Astellas?

A Astellas tem assumido um sentido de Responsabilidade Social Corporativa perante a sociedade, com base num equilíbrio entre os seguintes vetores: Atividade de Negócio, Colaboradores, Sociedade, Ambiente, Ética & Compliance.

Têm sido desenvolvidas medidas que visam contribuir de forma significativa, para a melhoria da sustentabilidade

da sociedade, cumprindo com as responsabilidades sociais enquanto empresa farmacêutica, como por exemplo: o fornecimento de medicamentos que satisfaçam as necessidades médicas não atendidas.

Existe uma preocupação proeminente, de que as decisões e atividades empresariais tenham na sociedade e no meio ambiente um impacto positivo, através de medidas de combate ao aquecimento global, incluindo melhorias na eficiência energética e utilização de fontes renováveis, e redução de resíduos/poluição, bem como, programas de desenvolvimento das comunidades através de ações de voluntariado.

Esta atuação contribui ativamente para a realização da missão, “melhoria sustentável do valor da empresa” através do cumprimento do seu propósito “contribuir para melhorar a saúde das pessoas em todo o mundo através da oferta de medicamentos inovadores e confiáveis”. Em suma, para a Astellas, atuar de forma socialmente responsável significa a realização da sua filosofia de negócio.

Changing Tomorrow

O Changing Tomorrow representa a determinação em fazer a diferença de forma positiva e continuar a empreender todos os esforços num futuro melhor.

A Astellas disponibiliza um dia, por ano, inteiramente dedicado ao voluntariado o “Changing Tomorrow Day”. Esta iniciativa promove o envolvimento dos colaboradores em ações de cariz social, de modo a promover uma relação de proximidade com a sociedade. As ações de voluntariado nas comunidades locais, representam um esforço colaborativo com organizações sem fins lucrativos locais, nas quais os colaboradores da Astellas têm oportunidade de ter um impacto positivo e mensurável nas comunidades.



Fernanda Matoso

Sócia, Morais Leitão

Responsável pela equipa de Life Sciences

1. Em maio de 2017, com o triplo objetivo de promover a uniformização do quadro regulatório aplicável aos dispositivos médicos na União Europeia, acompanhar os avanços técnicos e as alterações nas ciências médicas, e reforçar o nível de proteção da saúde, foram adotados os novos regulamentos relativos aos dispositivos médicos (e aos dispositivos médicos para diagnóstico in vitro – ‘DMIV’).

2. Os novos regulamentos mantêm, mas reforçam significativamente, os elementos fundamentais da abordagem regulamentar anterior.

Redefinem os conceitos, alargam o âmbito de aplicação face às anteriores diretivas, e procedem à reclassificação de determinados dispositivos médicos. Além disso, estipulam requisitos mais rigorosos para a designação de organismos notificados, estabelecem um quadro de responsabilidades mais específico e exigente para fabricantes, mandatários, importadores e distribuidores, e alteram radicalmente os sistemas de rastreabilidade e transparência em todo o circuito de comercialização.

3. O dia 26 de maio de 2020 (2022 para DMIV) marca o fim do período transitório e o início da aplicação plena dos novos regulamentos. Inicia-se, também, um período de escoamento de existências, que permite a colocação e disponibilização no mercado – temporalmente limitada – de dispositivos conformes com as anteriores diretivas.

Uma rápida adaptação ao novo paradigma constitui um desafio atual para todos os intervenientes no setor da saúde.



Dr. José Redondo

Diretor Geral Área Financeira e Industrial da Bial

O grande desafio que se coloca à indústria farmacêutica está associado à inovação terapêutica, com o objetivo de obter novos medicamentos, capazes de contribuir para uma melhor qualidade de vida das pessoas. Nos últimos anos, assistimos a uma evolução espantosa da ciência e da tecnologia e as suas consequências na investigação, na medicina, na prestação de cuidados de saúde, são indiscutíveis. O futuro aproxima-se promissor ao nível dos tratamentos personalizados, meios de diagnóstico, monitorização digital, entre muitos outros fatores. O impacto desta evolução na melhoria da qualidade de vida, na forma como vivemos mais e melhor, é incontestável. A indústria farmacêutica é parte crucial desta equação, que tem como resultado final a Saúde.

Enquanto indústria farmacêutica, o desafio que temos pela frente - contribuirmos para a construção de um futuro melhor e mais saudável -, encontra resposta na inovação. Há mais de 25 anos BIAL iniciou o seu projeto de investigação e desenvolvimento (I&D). Na última década vimos nascer os nossos medicamentos inovadores. E, tal como no passado, temos como grande objetivo a manutenção e crescimento do nosso programa de I&D, visando fortalecer o portfólio de medicamentos inovadores que colocamos à disposição

de todos os profissionais de saúde e dos pacientes, concretamente nas áreas das neurociências e doenças cardiovasculares. Mas, na equação que falava anteriormente e que tem como resultado a Saúde das pessoas, são muitas as variáveis: sustentabilidade, regulação, acessibilidade, equidade no acesso à inovação,.. Por isso, o desafio da inovação terapêutica não é exclusivo da Indústria Farmacêutica. É um desafio do sector privado e público, que exige políticas desenvolvimentistas ao nível do investimento em I&D e novas formas de produção, valorização e proteção do valor criado, isto é, dos novos medicamentos e seu acesso pelos cidadãos. A avaliação farmacoeconómica do medicamento deve ser analisada numa visão 360º, e não numa ótica redutora em que, por vezes, só se valoriza o seu custo a curto prazo sem estimar os seus benefícios económicos diretos e indiretos (menor absentismo laboral, menos tempo de internamento, redução das incapacidades temporárias e/ou permanentes, melhor qualidade de vida, prolongamento da vida útil produtiva, ...).

Nem todas as equações são de fácil resolução, esta é seguramente uma das complicadas. Mas tem de ser resolvida a favor dos doentes e da Saúde, nosso objetivo comum e final.



Pedro Moura

Managing Director, Merck Portugal

A Merck é uma empresa vibrante de ciência e tecnologia que tem um compromisso claro: o de ajudar a criar, melhorar e prolongar a vida das pessoas em Portugal e

no mundo. Colocamos a ciência no centro de tudo o que fazemos. E diariamente somos movidos pela curiosidade.

Existimos há mais de 350 anos a nível mundial e desde a sua constituição que somos uma empresa de base familiar. Esta dimensão familiar, que percorre treze gerações, com a família Merck a deter 70% do controlo acionista, assume-se como um ponto distintivo da Merck relativamente às demais multinacionais farmacêuticas. Podemos mesmo afirmar que a Merck combina o melhor de dois mundos: o pensamento a longo prazo da família fundadora e uma atitude de permanente busca pela inovação movida pela curiosidade, mais dinâmica, característica da exigência dos mercados internacionais. Desde 1668 tornámo-nos verdadeiramente globais, com cerca de 52,000 colaboradores em 66 países que trabalham diariamente em soluções e tecnologias completamente inovadoras.

A nível nacional a Merck tem uma visível presença em quatro áreas de negócio principais na área de Healthcare: Oncologia, Cardiometabólica & Endocrinologia, Fertilidade e Neurologia/ Neuro-Imunologia nas quais temos vindo a crescer, ano após ano, de forma sustentada.

Em 2018, investimos um total de € 2.2 mil milhões em investigação e desenvolvimento. E é nossa ambição impulsionar o progresso humano daí que a visão de médio e longo prazo continue a integrar o ADN da Merck. Resultado de um enorme foco e forte investimento em investigação, a partir deste ano teremos um ritmo de lançamentos significativo, com especial foco nas áreas de Oncologia, Neurologia, Imunologia e Imuno-Oncologia. Estamos a falar de fármacos inovadores, tanto a nível de ação terapêutica como, em alguns casos, de comodidade e facilidade de administração.



» **Gonçalo Faria**
Diretor Financeiro – Gilead Sciences Portugal

» **Faturação (Global)**
22.1 mil milhões de dólares
(aproximadamente 19.8 mil milhões de euros)

» **Colaboradores (Global)**
10825

» **Investigação**
Até final de 2018, a pipeline de pesquisa e desenvolvimento da Gilead incluiu 119 ensaios clínicos ativos, dos quais 41 em fase 3.

» **Programa “Giving Together”**
Em 2018, a Gilead lançou o Giving Together, um programa através do qual a empresa contribui com a mesma quantia que cada colaborador decide doar a uma organização não governamental (até ao limite de 2 mil dólares/anos por empregado).

» **Dar a quem mais precisa**
Em 2018, a Gilead doou quase 400 milhões de dólares para reduzir as disparidades em saúde, eliminar as barreiras à Saúde encontradas pelas populações mais carenciadas, estimular a educação entre os profissionais de saúde e apoiar as comunidades locais onde opera.

www.gilead.com

Vitor Papão
Diretor-geral – Gilead Sciences Portugal



Em busca de soluções que permitam potenciar as mais-valias da inovação

Fundada em Foster City, na Califórnia, em junho de 1987, a Gilead Sciences transformou-se, num período de 30 anos, numa companhia biofarmacêutica global, que emprega cerca de 11 mil pessoas em todo o mundo e que tem um portfólio de produtos em rápida expansão, com uma forte vertente de investigação, assegurando a distribuição dos seus medicamentos para o resto do mundo através de parcerias e acordos de licenciamento com outras empresas e distribuidores.

Em 2018, a Gilead registou uma faturação global de 22.1 mil milhões de dólares (aproximadamente 19.8 mil milhões de euros) e tem centrado a sua estratégia na investigação, desenvolvimento e comercialização

de medicamentos inovadores direcionados para áreas em que ainda existem necessidades médicas não preenchidas, procurando sempre inovar, disponibilizando medicamentos cujo impacto se traduza quer em resultados tangíveis em saúde, quer na melhoria da qualidade de vida dos doentes.

As duas moléculas “de estreia” ficaram na memória coletiva, pelo impacto que tiveram em termos de saúde pública. Um medicamento eficaz no tratamento da Gripe A, comercializado sob licença por outra multinacional farmacêutica e um outro, indicado no tratamento da infeção oportunista mais frequente em doentes acometidos pela Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), a retinopatia por citomegalovírus,



tendo sido este o primeiro medicamento da Gilead Sciences a obter autorização de comercialização nos EUA, em 1996, um ano que marcou uma alteração de paradigma no tratamento da infeção por VIH/SIDA, até aí tratada com medicamentos de forma sequencial e não em combinações de vários medicamentos visando diferentes alvos virais como passou a acontecer a partir daí, com a generalização da highly active antiretroviral therapy (HAART), que passou a ser o padrão de tratamento em todo o mundo. A área das hepatites virais, B e C, assume igualmente um lugar de destaque na lista de sucessos da Gilead. A mais empolgante terá sido a descoberta de um medicamento capaz de proporcionar a cura para a hepatite C.

Em Portugal, com medicamentos disponibilizados pela Gilead e por outras empresas farmacêuticas, dos 22203 tratamentos já iniciados, foi possível curar 12874 doentes, que de outra forma, iriam na maior parte dos casos, evoluir para cirrose hepática e cancro hepático, na maioria dos casos com maus prognósticos.

A Gilead integra no seu ADN a participação ativa e empenhada na busca de soluções que permitam potenciar as mais-valias da inovação que introduz no mercado. É o que acontece no apoio que tem prestado a instituições científicas e a associações de doentes para a definição de estratégias que permitam cumprir objetivos de saúde pública propostos pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como a erradicação da hepatite C até 2030 e da infeção pelo VIH, até 2020, plasmada no objetivo 90x90x90 que traduz a meta de nesse ano, 90% da população infetada conheça a sua situação, que destes, 90% estejam a fazer tratamento HAART e que destes, 90% não apresentem viremia, interrompendo deste modo o ciclo de transmissão.

De salientar também os contributos que tem prestado ao debate sobre a adoção de programas enquadrados de Fast Track Cities, cidades onde a mobilização para o diagnóstico e tratamento permitem alcançar, mais rapidamente, e de forma mais abrangente, os objetivos da eliminação da infeção por VIH.

Também na área da oncologia, a Gilead está comprometida com o desenvolvimento de imunoterapias inovadoras na área do cancro, estando focada na terapia celular com células CAR-T. Esta abordagem pertence a uma nova geração de imunoterapias personalizadas para o tratamento de doenças hemato-oncológicas. Na Gilead Sciences o sucesso das descobertas é medido por diferentes métricas, três delas, fundamentais. A da dimensão do que se desenvolveu; do quanto a inovação vem alterar, para melhor, o que existia até aí, independentemente da área terapêutica em que se integra a inovação. Outra medida é a do sucesso valorizado pela Gilead. Esta medida consiste em saber se o medicamento inovador chegou efetivamente a quem dele necessita, independentemente da sua situação económica. Finalmente, enquanto empresa que investiga e desenvolve novos produtos, o sucesso comercial dos produtos da Gilead é muito relevante. Boa parte dos lucros obtidos é reinvestida em novos projetos de investigação.



Sofia Brazão
Diretora de Recursos Humanos –
Gilead Sciences Portugal

A felicidade está nas pequenas coisas

Há mais de 30 anos que a Gilead trabalha na construção de uma cultura de excelência. E ao chegar à segunda década do século XXI, a sociedade abraçou a ideia de que o trabalhador feliz é o mais produtivo, e que mais produtividade leva sempre a melhores resultados. Na Gilead acreditamos que todos os pequenos passos são essenciais para a conquista individual do papel de cada um na sociedade.

Nos Recursos Humanos, a conquista começa nas pequenas coisas. O nosso Flexible work day começou por permitir a cada um dos trabalhadores dois dias de trabalho por mês em casa. Atualmente, o ratio é de 2 dias por semana, ou seja, em relativamente pouco tempo, a empresa adaptou-se a esta nova realidade, premiando a produtividade, aceitando que os nossos valores – Integridade, Inclusão, trabalho em equipa, responsabilização e excelência – transformam, em cada vez melhores, os nossos profissionais. E que estes merecem ser felizes.

Profissionalmente, também valorizamos a diversidade e procura de mais conhecimento. Por isso, tanto a nível nacional como internacional, temos uma política de assignments que permite a um trabalhador mudar de área ou de país, contribuindo para o seu enriquecimento, para a sua produtividade e também para os resultados da empresa.

E o desafio é continuar a pensar em como acrescentar qualidade de vida no escritório com a conquista de pequenas coisas.



Sílvia Guichardo
Directora geral da GSK Portugal

Prioridades GSK: Inovação, Performance, Confiança

Inovação, performance e confiança. Estas são as três prioridades da GSK Portugal, pelas palavras da sua directora geral, Sílvia Guichardo.

A GSK Portugal é uma empresa farmacêutica de inovação, impulsionada pela ciência, e com um propósito especial: ajudar as pessoas a fazerem mais, sentirem-se melhor e viverem mais tempo. Ou seja, “enquanto companhia farmacêutica queremos ser uma das mais inovadoras, com melhor performance e merecedora da confiança por parte de todos os stakeholders”, afirma Sílvia Guichardo, directora geral da empresa. A área farmacêutica da GSK Portugal emprega mais de 100 pessoas, sendo que o Grupo GSK — que inclui a GSK Produtos Farma-

cêuticos, a GSK Consumer Healthcare e a ViiV Portugal — conta com mais de 200 profissionais em Portugal e uma história de mais de 20 anos de investimento e compromisso com o país. “Nos últimos cinco anos, contribuímos, em média, com 25 milhões de euros/ano para a economia portuguesa e trabalhamos com cerca de 250 parceiros negócio locais”, conclui. A comemorar o 50.º aniversário de compromisso com a área respiratória, com um portfólio de inovação muito robusto para responder a alguns dos maiores desafios na gestão da Asma, Asma Grave e Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica (DPOC), para enumerar alguns deles. Já a partir do mês de Junho, passará a estar disponível no mercado nacional uma nova terapêutica para a DPOC, que vem dar resposta a um dos principais desafios na gestão destes doentes: o controlo das exacerbações/ agudizações. No que respeita à área de vacinas, o seu portfólio abrange um conjunto de soluções que permitem prevenir um número muito considerável de doenças infecciosas. “Neste momento, a nossa principal preocupação, nesta área, é conseguir aumentar a taxa de população protegida contra a Meningite B, uma doença que apresenta uma elevada taxa de mortalidade (8–10%) e de sequelas (≈20%) e cujos casos têm vindo a aumentar em Portugal.” Cerca de três em cada quatro casos de doença meningocócica invasiva em Portugal são causados pelo serogrupo B e a vacinação é a única forma confiável e segura para prevenir a doença. E conclui: “O facto da vacina contra o meningococos do serogrupo B não estar incluída no Programa Nacional de Vacinação, de forma geral e universal, cria iniquidade no acesso, uma vez que apenas está acessível para as crianças cujas famílias disponham de capacidade financeira para suportar o seu custo.” Uma área em permanente evolução e preparada para enfrentar os desafios que se lhes depara: “Os desafios da GSK são comuns aos da maioria das empresas farmacêuticas de inovação e estão relacionados com a forma como o acesso dos doentes às novas tecnologias de saúde é concedido. Acreditamos

que a principal causa do problema é o subfinanciamento crónico do sistema de saúde, que tem impacto no acesso das pessoas à inovação. O subfinanciamento do sistema, revelado no facto de Portugal ser dos países da OCDE cujo investimento em saúde, em termos de percentagem do PIB, é mais baixo, deve ser respondido numa perspetiva de gestão estratégica de longo prazo, aproximando Portugal da média da OCDE.” Uma atitude que implica uma maior cooperação entre todos os atores, para promover a evolução de um paradigma centrado nos custos, para um paradigma centrado no valor para as pessoas. Por essa razão, acredita que “colocar o doente e o cidadão no centro do sistema vai permitir a construção de um sistema de saúde mais humanista e, simultaneamente, mais sustentável, garantindo que os critérios financeiros não se sobrepõem à evidência epidemiológica e clínica”.

CONFIANÇA E SOLIDEZ, AQUI E ALÉM-MAR

Segundo o estudo “O Valor do Medicamento”, da APIFARMA, ficou demonstrado que os medicamentos inovadores acrescentaram 2 milhões de anos de vida saudável (DALY) em Portugal, desde 1990, com poupanças em custos diretos na ordem dos 560 milhões de euros anuais. Para Sílvia Guichardo, “é necessário repensar os atuais modelos de financiamento paralelamente e procurar encontrar uma solução que permita garantir a sustentabilidade do sistema, e ainda agilizar o acesso da população à inovação”. Desta forma e no final, “o que todos desejamos é um sistema equitativo, sustentável a longo prazo e que permita aos portugueses beneficiarem de qualidade de vida por muitos e bons anos, até porque as pessoas devem estar no centro do sistema”. Recentemente, a APIFARMA apresentou o estudo “Ensaio Clínicos em Portugal” que aponta os principais obstáculos ao desenvolvimento de ensaios clínicos no nosso país e, simultaneamente, apresenta medidas concretas para ultrapassar essas mesmas barreiras e colocar Portugal no mapa central da Investigação Clínica Mundial. Entre as principais vantagens competitivas de Portugal estão a elevada capacidade de tra-

balho e competência dos investigadores e a alta qualidade dos dados produzidos. Este mesmo estudo refere que Portugal pode aumentar 3,7 vezes o número de ensaios clínicos por um milhão de habitantes, o que corresponde à realização de 506 ensaios clínicos (comparando Portugal com países de dimensão semelhante ou inferior). Para Sílvia Guichardo, “Portugal tem todas as condições para se posicionar enquanto país de excelência nesta matéria”. O contributo da Indústria Farmacêutica para a economia portuguesa é inquestionável: 40 mil empregos gerados; 4,3 mil milhões de euros de contributo para o PIB, representando 2,3 do PIB nacional; 1.083 mil milhões de exportações em 2017 (dados do estudo “O Valor do Medicamento”, da APIFARMA). Na sua opinião, “os mercados externos são fundamentais, principalmente, para as empresas da indústria de base nacional, que procuram colocar os seus produtos além-fronteiras. Para as grandes multinacionais, como é o caso da GSK que tem presença em mais de 150 países, o grande desafio é ter uma presença sólida e relevante localmente e, para isso, é fundamental estabelecer relações de confiança, com um espírito

de parceria a longo prazo, com todos os atores: autoridades, profissionais de saúde, pacientes e parceiros de negócio. É dessa forma que temos pautado a nossa conduta desde que iniciámos atividade em Portugal e, seguramente, é assim que iremos continuar por muitos e bons anos.” Importantes nesta indústria e determinantes no actual sistema de saúde, os medicamentos genéricos são uma mais-valia na sua sustentabilidade: “Os medicamentos genéricos têm o seu espaço no mercado e são relevantes nas poupanças económicas que podem gerar e que, por sua vez, ajudarão a financiar a entrada da inovação.” Convém recordar que os verdadeiros ganhos e avanços em saúde apenas são possível com a inovação terapêutica. Em Portugal, os medicamentos inovadores permitiram ganhar dois milhões de anos de vida saudável, evitando mais de 100 mil mortes e acrescentando dez anos de esperança média de vida. Um apelo constante à inovação que ontem, hoje e amanhã, motivam a GSK a ajudar as pessoas a fazerem mais, sentirem-se melhor e viverem mais tempo. Um veículo determinante para salvar vidas e melhorar a qualidade vida das pessoas.

O nosso compromisso com a sociedade





Apostar nas pessoas e mudar o futuro da saúde em Portugal



» **Pedro Moura**
Managing Director, Merck Portugal

Nos últimos quarenta anos houve grandes mudanças na medicina e enormes avanços tecnológicos e científicos. Ainda assim, e apesar da prestação de cuidados de saúde ter evoluído em Portugal, hoje somos uma população envelhecida que se depara com novos problemas de saúde a assumirem um peso crescente, o que representa novos desafios.

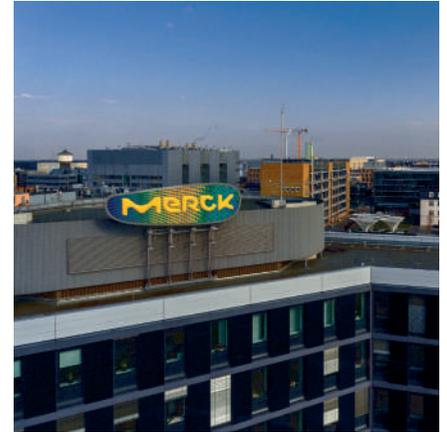
A importância do acesso à inovação como um investimento na sustentabilidade do nosso sistema de saúde é um dos temas de maior importância na agenda presente da Merck. Trabalhamos em prol de mais e melhor saúde para os portugueses, convictos de que o conhecimento e a informação são pilares fundamentais para o progresso da ciência e da medicina.

UM AMOR PELA CIÊNCIA E UMA PAIXÃO PELA TECNOLOGIA. UMA CURIOSIDADE CONSTANTE.

Colocamos a ciência no centro de tudo o que fazemos. E diariamente somos movidos pela curiosidade. Procuramos o progresso para todas as pessoas em todas as partes do mundo. E é por isso, que olhamos de perto para as coisas, colocamos questões e antecipamos o futuro. Existimos há mais de 350 anos a nível mundial e continuamos a ser geridos por descendentes de Friedrich Jacob Merck, o homem que fundou a nossa empresa em Darmstadt, na Alemanha, em 1668.

Desde então tornámo-nos verdadeiramente globais, com cerca de 52,000 colaboradores em 66 países que trabalham diariamente em soluções e tecnologias completamente inovadoras. Em 2018, investimos um total de € 2.2 mil milhões em investigação e desenvolvimento.

Há quase 100 anos em Portugal, a Merck destaca-se como uma empresa vibrante de ciência e tecnologia. Realizamos o nosso trabalho com uma equipa interdisciplinar e em colaboração com vários parceiros. A



curiosidade é o que nos move e o que nos faz a todos querer contribuir diariamente de alguma forma para mudar a vida de milhões de pessoas.

HEALTHCARE

Esta área centra a sua atenção em criar, melhorar e prolongar a vida. É um ramo de negócio que tem uma visão holística na investigação e desenvolvimento de medicamentos e soluções inovadoras.

A nível nacional a Merck tem uma visível presença em quatro áreas de negócio principais: Oncologia, Cardiometabólica & Endocrinologia, Fertilidade e Neurologia/ Neuro-Imunologia nas quais temos vindo a crescer, ano após ano, de forma sustentada. O nosso compromisso é impulsionar o progresso humano e por isso a visão de médio e longo prazo continua a integrar o ADN da Merck. Resultado de um enorme foco e forte investimento em investigação, a partir deste ano teremos um ritmo de lançamentos significativo, com especial foco nas áreas de Oncologia, Neurologia, Imunologia e Imuno-Oncologia. Estamos a falar de fármacos inovadores, tanto a nível de ação terapêutica como, em alguns casos, de comodidade e facilidade de administração.

A título de exemplo, em Portugal, nove em cada dez doentes com Esclerose Múltipla

merckgroup.com/pt-pt

podem ser tratados com medicamentos Merck, o que permite antever o enorme potencial de crescimento a médio/longo prazo nesta área terapêutica.

Também a área da Fertilidade tem tido um contributo muito importante. A nível mundial, 2,7 milhões de pessoas são bebés Merck, que nasceram com recurso às soluções de tratamento de infertilidade do Grupo. Temos um propósito constantemente presente nos nossos objetivos: queremos ajudar a criar vidas, através de tratamentos e tecnologias para combater a infertilidade.

Na Oncologia somos referência incontornável na área do carcinoma do colon-recto e nos tumores da cabeça e pescoço, tendo recentemente introduzido o nosso primeiro ativo na área de Imuno-Oncologia.

E na área Cardiometabólica temos uma presença e compromisso constante com patologias que representam um flagelo civilizacional, de que são exemplos a diabetes, hipertensão arterial e insuficiência cardíaca.

LIFE SCIENCE

Este ramo foca-se na cooperação com as principais comunidades científicas, dando-lhes ferramentas laboratoriais que permitem

aos investigadores concretizar descobertas revolucionárias. É uma área de atividade que trabalha para resolver alguns dos maiores desafios da indústria científica.

O conhecimento e a informação são pilares fundamentais para o progresso. Agregar os diferentes interlocutores – stakeholders, entidades oficiais, sociedades científicas, associações de doentes e público em geral – em iniciativas que visam, acima de tudo, informar e esclarecer sobre as doenças, o diagnóstico, as opções terapêuticas e as formas de alcançar uma melhor qualidade de vida é o principal objetivo das ações que criamos, lançamos, apoiamos e divulgamos.

OS DESAFIOS E O FOCO NO FUTURO

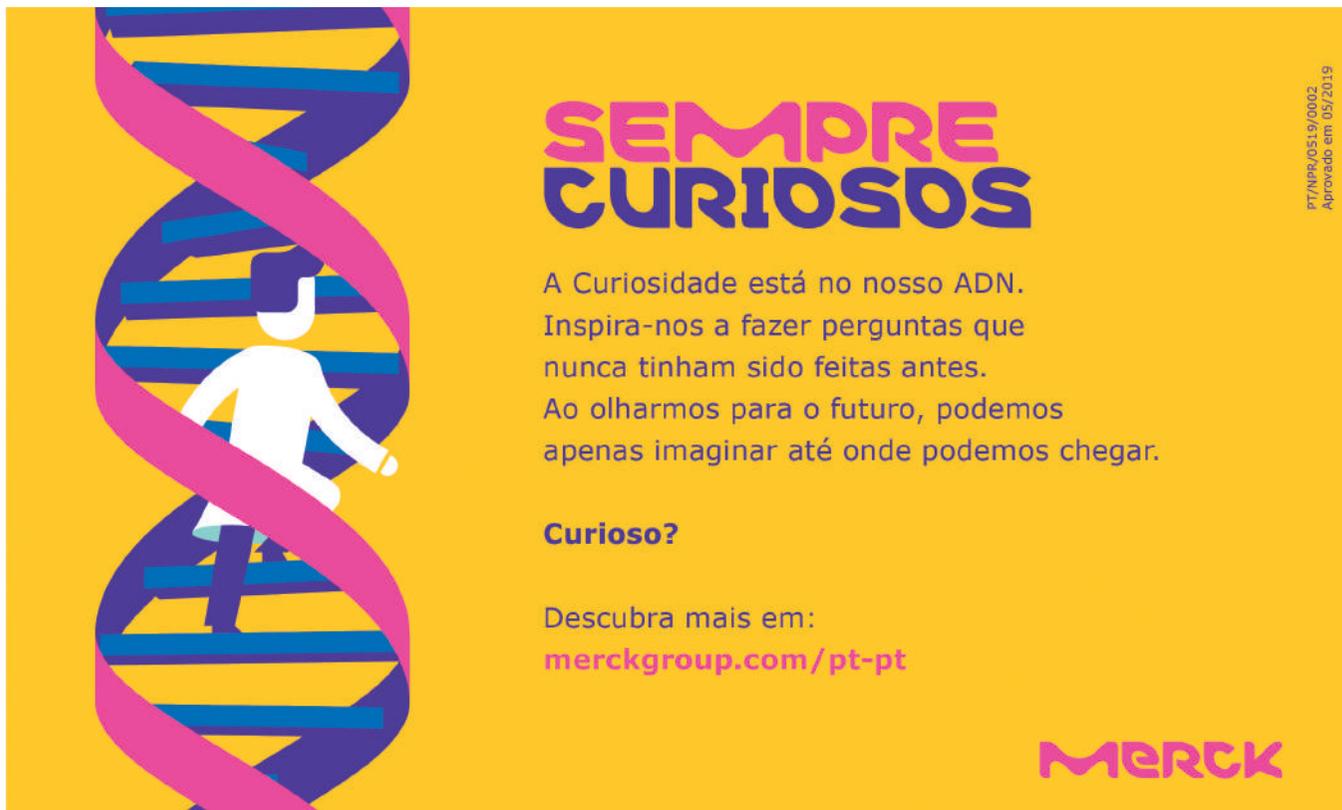
A Merck tem tido um crescimento sustentado e contínuo ao longo dos últimos 5 anos e a perspetiva é a de continuar com esta tendência em 2019.

PERFORMANCE MATERIALS

Ao contrário da maioria das farmacêuticas multinacionais, a estratégia mais recente da Merck tem passado por se expandir para fora do setor de saúde, nomeadamente através do investimento numa nova

área de negócio, Performance Materials. Esta nova área dedica-se à próxima geração de matérias de alta tecnologia e químicos especializados para aplicações em materiais. As aplicações destes produtos são transversais às indústrias Automóvel, Cosmética, Optoelectrónica, Semicondutores, de Arquitetura, entre muitas outras. A missão da Merck é clara, a de garantir o acesso geral a medicamentos que possam ajudar a criar, melhorar e prolongar a vida das pessoas e é por isso que a Merck continua a apostar na expansão das áreas de negócio e a disponibilizar tratamentos inovadores de elevada qualidade, procurando sempre ser a melhor nas áreas onde atua. A sua estratégia passa também por dar continuidade às diversas parcerias e colaborações com parceiros externos que ajudem a responder a problemas de saúde proeminentes da sociedade. Em conjunto, lutar contra o cancro e outras doenças, estudar a resposta do sistema imunitário a doenças específicas e apostar no desenvolvimento de tratamentos personalizados. Com 351 anos de existência, a Merck é a empresa farmacêutica e química mais antiga do mundo.

PUB



**SEMPRE
CURIOSOS**

A Curiosidade está no nosso ADN.
Inspira-nos a fazer perguntas que
nunca tinham sido feitas antes.
Ao olharmos para o futuro, podemos
apenas imaginar até onde podemos chegar.

Curioso?

Descubra mais em:
merckgroup.com/pt-pt

MERCK

PT/NPR/0519/0002
Aprovado em 05/2019

Em permanente inovação em prol do doente

A AstraZeneca celebra este ano o seu 20.º aniversário, resultado da fusão, em 1999, entre a sueca Astra AB, fundada em 1913, e o Zeneca Group PLC, do Reino Unido, cuja origem remonta a 1938.

Somos uma empresa biofarmacêutica orientada para a ciência. Investimos de forma inovadora na ciência que alicerça as nossas áreas terapêuticas e no crescimento do nosso pipeline. Investimos em projetos-chave e alocamos recursos para os nossos ativos com maior projeção, investindo em produtos biológicos, pequenas moléculas, imunoterapia, engenharia de proteínas e em dispositivos que vão garantir a sustentabilidade da companhia através do desenvolvimento, aprovação e lançamento de medicamentos inovadores.

Focamos o nosso investimento no desenvolvimento e disponibilização de medicamentos inovadores em três áreas terapêuticas principais: Cardiovascular, Renal e Metabólica; Oncologia e Respiratória. Somos a biofarmacêutica global que maior percentagem da sua receita anual aloca à Investigação e Desenvolvimento (I&D), razão pela qual temos um dos mais promissores pipelines da indústria farmacêutica. Atualmente estão em pipeline mais de 150 projetos de investigação em curso e nove novos medicamentos já em fase final de investigação. Contamos lançar nos próximos três anos mais de 30 novas abordagens terapêuticas, quer sejam novos medicamentos ou novas indicações de medicamentos já aprovados. O legado da AZ inclui medicamentos reconhecidos mundialmente nestas e noutras áreas terapêuticas, como a área gastrointestinal e das neurociências. E, porque para tratar melhor os doentes portugueses temos que conhecer a prática clínica local e tirar partido da capacidade instalada, especialmente em centros académicos de excelência, investimos em Portugal, em 2018, cerca de 1,7 milhões de euros em estudos locais de geração de

evidência. Valor que deveremos duplicar já a partir do próximo ano.

No mundo, somos mais de 60 000 e estamos presentes em mais de 100 países; em Portugal, contamos com cerca de 200 colaboradores, totalmente empenhados em fazer a diferença na vida dos doentes portugueses.

Tendo como missão criar e disponibilizar medicamentos que mudam vidas, a AstraZeneca guia-se por cinco valores: Colocamos o doente em primeiro lugar; Seguimos a ciência; Agimos para ganhar; Fazemos o que está certo; Somos empenhados.

A sustentabilidade está no centro da nossa atividade. Como tal, definimos três pilares estratégicos – acesso aos cuidados de saúde, proteção ambiental e ética e transparência – que norteiam a nossa atividade diária. E, neste âmbito, assumimos um compromisso com a sociedade que servimos ao investir em programas de responsabilidade corporativa: Healthy Heart Africa e Young Health Programme são dois dos programas globais a que se juntam outros de natureza local. Ao abrigo do Healthy Heart Africa 5,7 milhões de doentes acederam a educação sobre hipertensão, diagnóstico e tratamento.

Já o Young Health Programme, a nossa maior iniciativa de investimento na comunidade, dirige-se a jovens vulneráveis e foca-se na prevenção primária das doenças não-transmissíveis (DNT's) mais frequentes tais como diabetes tipo 2, cancro e doenças cardiovasculares e respiratórias, que se estima serem responsáveis por 38 milhões de mortes todos os anos. Em Portugal, através do parceiro Médicos do Mundo, implementámos já duas fases do projeto, estando em preparação a terceira, que deverá arrancar ainda este ano.

Também a Fundação AstraZeneca, com os seus vários projetos, tem contribuído para cimentar o compromisso que a AstraZeneca tem com Portugal.



Carlos Sánchez-Luis
Country President



Pedro Nunes
Chief Financial Officer



Rosário Trindade
Corporate Affairs
& Market Access Director



Tiago Costa
CVRM Business Unit Director



Matilde Coruche
Human Resources
& Communication Director



Carla Fernandes
Medical & Regulatory
Affairs Director



Diana Malhado
Oncology Business
Unit Director



Sílvia Cruz
Respiratory Business
Unit Director

www.astrazeneca.pt

Inovação sustentável

A Bayer rege-se pelos princípios do desenvolvimento sustentável, que implicam um equilíbrio entre crescimento económico, preocupação ecológica e responsabilidade social. Este princípio tem o seu expoente máximo na missão da Bayer “Science For A Better Life”, ao serviço das pessoas.

A Bayer tem um elevado compromisso com Portugal. Em investigação clínica, a Bayer tem um laboratório satélite no iBET, numa parceria sólida de há 10 anos e que foi reconhecida pelo INFARMED através da atribuição do Prémio das Boas Práticas INFARMED 25+.

Adicionalmente, a Bayer desenvolveu 20 ensaios clínicos em 2018, em Portugal, sobretudo nas áreas cardiovascular, oncologia e saúde da mulher. Três destes ensaios encontram-se em fase de conclusão em 2019 e podem representar novos dados, que suportem novos medicamentos no mercado, mas também novas indicações para medicamentos já existentes.

A Bayer é tradicionalmente uma empresa ligada à área cardiovascular, e continuamos a apostar em novas alternativas terapêuticas com valor acrescido para tratar doenças como a insuficiência cardíaca, a doença arterial coronária e periférica, a doença renal, entre outras.

A Bayer tem um novo modelo de Investigação & Desenvolvimento (I&D) que assenta no conceito de inovação aberta numa rede colaborativa de alianças externas. Tal permitirá explorar novas indicações em áreas nas quais não tem tradição, pelo que será muito interessante ver onde estaremos dentro de 2 a 3 anos na terapia génica, área que a companhia está a explorar cada vez mais. A Bayer continua a investir na sua pipeline e tem diversos estudos a iniciar em 2019, em áreas também diversificadas: desde a insuficiência renal, oftalmologia, cardiovascular, entre outras, e tem diversos estudos de exequibilidade a decorrer que podem representar novas áreas terapêuticas para a companhia.



Desafios

A Indústria Farmacêutica desenvolve um papel importante no investimento em inovação e novas moléculas que têm impacto na cura de doenças e no aumento da esperança média de vida da população. É por isso importante a melhoria nos processos de aprovação de introdução de inovação no mercado, nomeadamente os de financiamento de medicamentos pelo Estado, permitindo um acesso mais rápido dos doentes Portugueses a novas soluções para o tratamento de problemas e doenças que hoje não têm forma de tratamento. Por outro lado, importa que o financiamento seja concedido em condições que possibilitem a sustentabilidade não só do Estado, como das empresas farmacêuticas multinacionais para que possam operar e investir a longo prazo em Portugal.

A Indústria Farmacêutica também continua a ter um papel importante na formação de médicos que é de elevada importância dado que com médicos formados e capacitados sobre novos processos inovadores e novas abordagens terapêuticas a doenças, teremos doentes com maior esperança de vida, mais qualidade de vida e, indiretamente, com mais domínio e conhecimento sobre a sua doença e terapêutica.



PRINCIPAIS GESTORES

» **Nathalie Cardinal von Widdern**
Directora Geral

Bial

Keeping
life in
mind.



BIAL – Inovação e Internacionalização

A BIAL foi criada em 1924. A celebrar o seu 95º aniversário, a empresa está comprometida com a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

Focalizada na Investigação & Desenvolvimento (I&D) de novos medicamentos, nomeadamente nas neurociências, a BIAL é até hoje a única farmacêutica portuguesa com produtos de investigação própria no mercado.

Com mais de 15.000 novas moléculas sintetizadas, em média, BIAL aloca 20% da sua faturação anual à I&D. Em 2009, nasceu o primeiro medicamento de patente portuguesa, para o tratamento da epilepsia, que está hoje disponível em diversos países europeus e nos EUA. O segundo medicamento BIAL, para a Doença de Parkinson, foi aprovado pela autoridade regulamentar europeia em 2016 e está comercializado no Reino Unido, Alemanha, Espanha, Itália e Portugal, perspetivando-se, entre 2020 e 2021, a sua introdução noutros países europeus e nos EUA, Japão e Coreia do Sul. Atualmente, BIAL conta com uma equipa de 964 pessoas em que 78% tem formação universitária, das quais 9% são doutorados. A trabalhar em Investigação e Desenvolvimento estão 111 pessoas, em que 40% são doutoradas, de nove nacionalidades diferentes. A equipa de I&D da BIAL colabora com investigadores e cientistas de

universidades, indústria e centros de investigação para conseguir entregar medicamentos inovadores a todos os profissionais de saúde, pacientes e suas famílias.

Paralelamente, o grupo tem fortalecido a sua expansão internacional com o reforço da sua atividade em importantes mercados farmacêuticos europeus. BIAL tem atualmente filiais em 9 países, incluindo Espanha, Alemanha, Reino Unido e Itália. Nos territórios onde a empresa não tem presença direta colabora com parceiros comerciais, possibilitando que os seus medicamentos cheguem a mais de 55 países. Nos últimos 10 anos o peso das vendas nos mercados internacionais tem sido crescente, representando hoje 70% do volume de negócios, quando em 2010 era de apenas 30%.

Em Portugal BIAL tem um portfólio de medicamentos diversificado que abrange as áreas cardiometabólica, sistema nervoso central, respiratória, músculo-esquelética, saúde da mulher e maternidade.

A caminho do centenário, BIAL mantém como grande objetivo ser uma companhia farmacêutica de inovação com presença global, nomeadamente nos mercados de maior relevância - em que os EUA e a Ásia vão assumir um papel preponderante - com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas com novas soluções terapêuticas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- » **Luís Portela**
Chairman
- » **António Portela**
CEO
- » **Richard Pilnik**
Membro não executivo
- » **Isabel Morgado**
Área de Novos Projetos
- » **José Redondo**
Área Financeira e Industrial
- » **Miguel Portela**
Área Corporate
- » **Patrício Soares da Silva**
Área de Investigação e Desenvolvimento
- » **José Almeida Bastos**
Área de Operações Comerciais

www.bial.com



Janssen reforça o seu investimento em investigação em saúde em Portugal

A principal responsabilidade da Janssen é desenvolver tratamentos inovadores, dando resposta a necessidades médicas não preenchidas. A Janssen coloca a tecnologia ao serviço dos doentes, investindo no desenvolvimento de medicamentos com foco em seis áreas terapêuticas: Oncologia, Neurociências, Doenças Cardiovasculares e Metabólicas, Hipertensão Pulmonar, Imunologia e Infecçiology.

Com cerca de 8 mil milhões de dólares investidos anualmente em investigação e desenvolvimento, mais 88% do que em vendas e marketing, a Janssen foi considerada em 2018 uma das três empresas mais inovadoras do setor a nível mundial, dando resposta, qualidade e anos de vida, a quem sofre de doenças como a Psoríase, VIH/SIDA, Cancro da Próstata, Mieloma Múltiplo, Leucemias, entre outras.

No nosso país, a Janssen tem assumido um papel muito ativo no setor da saúde, tanto a nível da investigação, com parcerias com vários hospitais e centros de investigação, como na difusão do conhecimento, por via da educação médica prestada, e ainda contribuindo ativamente para o debate sobre o futuro do sector da saúde. O objetivo: promover de forma decisiva o conhecimento em Portugal, integrando e contribuindo para o ecossistema da saúde e da inovação.

Como diria o Dr. Paul Janssen, fundador da empresa em 1953, “o tempo é precioso. Os doentes estão à espera.” E é isso que move ainda hoje cada colaborador da Janssen.

A Janssen está empenhada no impacto positivo que pode gerar na vida dos doentes, mas também na comunidade, na responsabilidade que tem para com os profissionais de saúde e no desenvolvimento profissional e pessoal dos seus colaboradores.

Foi por tudo isto que em 2018 reforçou o seu compromisso com Portugal inaugurando o seu novo edifício-sede. Mais moderno, todas as instalações foram pensadas considerando as melhores práticas de saúde e bem-estar para os seus colaboradores, incluindo mobiliário ergonómico, ginásio, organização do espaço, num investimento de cerca de 5 milhões de Euros. Este compromisso foi tão bem aceite que, em março de 2019, valeu à empresa o prémio de “Saúde e Bem-Estar”, pelo Great Place to Work. Ainda no âmbito destes prémios, a Janssen foi eleita a 5ª melhor empresa para se trabalhar em todo o país.

Na Janssen, companhia farmacêutica do Grupo Johnson & Johnson, trabalha-se com foco no doente para tratar, curar, evitar e prevenir algumas das doenças mais impactantes da nossa era.



FICHA TÉCNICA

- » **Maria Faria**
Diretora de Corporate Affairs
- » **Manuel Salavessa**
Diretor Médico e Regulamentar
- » **Sofia Brito**
Diretora de Recursos Humanos
- » **Branca Barata**
Diretor de Market Access
- » **António Neves da Silva**
Diretor da Actelion
- » **Filipa Mota e Costa**
Diretora-Geral
- » **Patrícia Gouveia**
Diretora Comercial
- » **Nuno Cunha**
Diretor de Customer Strategy
- » **Paulo Sá**
Diretor Financeiro
- » **Pedro Santos**
Responsável de IT

ÁREAS TERAPÊUTICAS

- » Imunologia
- » Infecçiology
- » Neurociências
- » Oncologia
- » Hipertensão Pulmonar

www.janssen.com/portugal

QUEM é QUEM

na Indústria Farmacêutica
em Portugal
2019



O Jornal Económico

SAÚDEONLINE

Este guia da Indústria Farmacêutica
estará também disponível em
jornaleconomico.sapo.pt e em saudeonline.pt





Inovação e liderança, pela sua saúde

A Novo Nordisk é uma companhia global de cuidados de saúde com mais de 95 anos de inovação e liderança no tratamento da diabetes. Uma companhia também líder nos cuidados de hemofilia, na terapêutica com hormona do crescimento e na obesidade.

Com sede na Dinamarca, a Novo Nordisk emprega aproximadamente 43 200 pessoas em 80 países e comercializa os seus produtos em mais de 170 países. Em 1923, os nossos fundadores dinamarqueses iniciaram uma jornada para mudar o diabetes com a produção de insulina.

Atualmente, somos milhares de colaboradores espalhados por todo o mundo com a paixão, as capacidades e o compromisso de promover mudanças para vencer a diabetes e outras doenças crónicas através da produção de proteínas.

● O nosso objetivo é liderar em todas as áreas de saúde em que atuamos.

● A nossa principal contribuição é descobrir e desenvolver medicamentos biológicos inovadores e torná-los acessíveis para todos os doentes no mundo.

● Expandir os nossos negócios e obter resultados financeiros competitivos, permite-nos ajudar os doentes a ter uma vida melhor, oferecer um retorno atraente aos nossos acionistas e contribuir para as comunidades onde nos inserimos.

● A nossa filosofia de negócio é a busca do equilíbrio dos aspetos financeiros, sociais e ambientais

das nossas atividades, que chamamos “Triple Bottom Line”.

● Somos proativos e responsáveis, ambiciosos e cumprimos as regras de compliance e confiança ao tratarmos todos com respeito.

● Oferecemos oportunidades para que nossos colaboradores alcancem seus objetivos e ajudem a comunidade.

● Nunca colocamos em risco a qualidade nem a ética no nosso negócio.

Assim é o Novo Nordisk Way – a filosofia que descreve a missão da empresa.

Em Portugal, temos por objetivo melhorar o acesso das pessoas com diabetes, hemofilia ou obesidade a novas tecnologias que apresentam mais valias terapêuticas e que estão associadas a melhores resultados em saúde, permitindo a melhoria da qualidade de vida, e dar um contributo significativo em termos clínicos e económicos à nossa sociedade.

Diabetes, Hemofilia, Distúrbios do crescimento e Obesidade.



Olga Insua
Diretora Geral

COLABORADORES

» A Novo Nordisk Portugal tem 52 colaboradores

www.novonordisk.pt



Sanofi: Inovação e Sustentabilidade

A Sanofi é uma companhia biofarmacêutica global especializada em saúde humana. O doente está no centro da nossa atividade: na disponibilização da inovação, no investimento em investigação clínica e na procura da sustentabilidade na saúde.

Para 2020, prevemos o reforço do pipeline de I&D e o aumento da capacidade de inovação externa. Esperamos novos lançamentos, a curto e médio prazo, nas áreas da hematologia, imunologia e vacinas e temos mais de dez moléculas promissoras em desenvolvimento nas áreas de hematologia, oncologia e doenças raras do sangue. Estabelecemos uma parceria com o iBET para os próximos dois anos, com o objetivo de acelerar a disponibilização dos nossos medicamentos, num investimento total de 2 milhões de euros.

Estimamos investir mais de 7,5 milhões de euros nos próximos anos em ensaios no nosso país. Atualmente estão a decorrer 24 ensaios em 61 centros de investigação e estabelecemos Portugal como país prioritário para a área de oncologia. A investigação em fase 1 é já também uma realidade para nós, nas áreas do cancro da mama e linfoma.

Quando falamos de sustentabilidade, destacamos o Prémio Saúde Sustentável, já na sua 8ª edição, e que visa premiar o que de melhor se faz pela

saúde em Portugal. Aliando a humanização à eficiência, o prémio tem ganho o reconhecimento das entidades da área da saúde.

Na Sanofi Portugal somos mais de 150 colaboradores, que trabalham em equipa para inovar e proporcionar uma melhor qualidade de vida a quem mais precisa. O doente está no foco da nossa atividade e apoiamos tanto os doentes com doenças raras como os milhões de pessoas com doenças crónicas.

ÁREAS TERAPÊUTICAS

- » Consumer Healthcare
- » Sanofi Genzyme
 - Doenças raras
 - Esclerose Múltipla
 - Imunologia
 - Doenças Raras do Sangue
- » Primary Care
 - Diabetes
 - Cardiovascular
 - Medicina Familiar
- » Sanofi Pasteur (Vacinas)



Francisco del Val
Diretor Geral Portugal

www.sanofi.pt

A. MENARINI PORTUGAL FARMACÉUTICA S.A.

Quinta da Fonte, Edifício
D. Manuel I - Piso 2-A
2770-071 Paço de Arcos
Telef: 210 935 500
Site: www.menarini.pt

ABBOTT LABORATÓRIOS, LDA

Estrada de Alfragide,
67 Alfraparque - Edifício D
2610-008 Amadora
Telef: 214 727 100
Site: www.pt.abbott

ABBVIE, LDA.

Estrada de Alfragide, 67 -
Alfrapark - Edifício D - Alfragide
2610-008 Amadora
Telef: 211 9084 00
Site: abbvie.com

ACTELION PHARMACEUTICALS PORTUGAL, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

Praça Marquês de Pombal, 15 - 8º
1250-163 Lisboa
Telef: 213 586 120
Site: www.actelion.com

ALMIRALL - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, LDA

Rua do Central Park,
Edifício 3, 6, 4º B
2795-242 Linda-a -Velha
Telef: 214 155 750
Site: www.almirall.com

AMGEN - BIOFARMACÉUTICA, LDA

Edifício D. Maria I (Q60)-Piso 2A
2770-229 Paço de Arcos
Telef: 214 220 550
Site: www.amgen.pt

ANGELINI FARMACÉUTICA, LDA

Rua João Chagas, 53 - 3º
1495-072 Algués
Telef: 214 148 300
Site: www.angelini.pt

ASTELLAS FARMA, LDA

Lagoas Park Edifício 5,
Torre C, Piso 6
2740-245 Porto Salvo
Telef: 214 401 300
Site: www.astellas.com.pt

ASTRAZENECA - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, LDA

Rua Humberto Madeira,
7 Queluz de Baixo
2730-097 Barcarena
Telef: 214 346 100
Site: www.astrazeneca.pt

BAUSCH & LOMB, S.A

Av. da República, 25 - Fracção 6A
1050-186 Lisboa
Telef: 214 253 347
Site: www.bausch.com

BAYER PORTUGAL, LDA

R. da Quinta do Pinheiro, 5
Ourela
2794-003 Carnaxide
Telef: 214 172 121
Site: www.bayer.pt

BENE FARMACÉUTICA, LDA

Av. D. João II, Ed. Atlantis,
44-C - 1º
1990-095 Lisboa
Telef: 211 914 455
Site: www.benefarmaceutica.pt

BIAL - PORTELA & CA., S.A.

Av. da Siderurgia Nacional
4745-457 São Mamede Coronado
Telef: 229 866 100
Site: www.bial.com

BIALPORT - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, S.A

Estrada do Paço do Lumiar
Campus do Lumiar Edifício O
1649-038 Lisboa
Telef: 217 704 010
Site: www.bial.com

BIOGEN PORTUGAL SOCIEDADE FARMACÉUTICA, UNIPESSOAL LDA.

Av. Duque D'Ávila, 141 - 7º andar
1050-081 Lisboa
Telef: 213 188 450
Site: www.biogen.pt

BIOMERIEUX PORTUGAL - APARELHOS E REAGENTES DE LABORATÓRIO, LDA

Av. 25 de Abril de 1974, 23, 3º
2795-197 Linda-a-Velha
Telef: 214 152 350
Site: www.biomerieux.pt

BLUEPHARMA GENÉRICOS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS S.A.

Rua da Bayer São Martinho
do Bispo
3045-016 Coimbra
Telef: 239 800 300
Site: www.bluepharma.pt

BOEHRINGER INGELHEIM ANIMAL HEALTH PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA

Avenida de Pádua, 11
1800-294 Lisboa
Telef: 219 169 340
Site: www.boehringer-ingelheim.pt

BOEHRINGER INGELHEIM, LDA

Unifarma, Lda. Av. de Pádua, 11
1800-289 Lisboa
Telef: 213 135 300
Site: www.boehringer-ingelheim.pt

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÉUTICA PORTUGUESA, S.A

Rua Cláudio Galeno,
Edif. Alloga, Cabra Figa
2635-154 Rio de Mouro
Telef: 214 407 000
Site: www.bms.com

BSG pharmaceuticals Produtos Farmacêuticos Inovadores, S.A

Av. Casal Ribeiro, 18 - 7º Dto
1000-092 Lisboa
Telef: 213 522 785
Site: www.schuelke.pt

CELGENE, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

Lagoas Park,
Edifício 11 - 1º Andar
2740-270 Porto Salvo
Telef: 210 044 300
Site: www.celgene.com

CICLUM FARMA UNIPESSOAL, LDA

Quinta da Fonte, Edifício D.
Amélia, Piso 1 - Ala B
2770-229 Paço de Arcos
Telef: 211 209 870
Site: www.ciclumfarma.pt

CPCH - COMP. PORT. CONSUMER HEALTH, LDA

Rua do Bem Lembrados, 141 -
Manique 2645-471 Alcabideche
Telef: 214 449 630
Site: www.cpch.pt

DAIICHI SANKYO PORTUGAL, LDA

Rua das Lagoas Pequenas,
Edifício 5B, Piso 3 Lagoas Park,
2740-245 Porto Salvo
Telef: 214 232 010
Site: www.daiichi-sankyo.pt

DÁVI II FARMACÉUTICA, S.A

Estr. Consiglieri Pedroso,
71 Edifício D - 3º Esq.
2730-055 Barcarena
Telef: 214 340 000
Site: www.davi.pt

EISAI FARMACÉUTICA, UNIPESSOAL, LDA

Lagoas Park - Edifício 5A - Piso 6
2740-298 Porto Salvo
Telef: 214 875 540
Site: www.eisai.com

FERRER PORTUGAL S.A.

Rua Quinta do Paizinho, 1 - 1º Dto
Portela de Carnaxide
2794-066 Carnaxide
Telef: 214 449 600
Site: www.ferrer.com

FERRING PORTUGUESA, LDA.

Rua Alexandre Herculano, Edif.
1 - 6º Piso
2795-240 Linda-a-Velha
Telef: 219 405 190
Site: www.ferring.pt

FRESENIUS MEDICAL CARE PORTUGAL, SA.

Rua Prof. Salazar de Sousa,
Lote 12 Urbanização da Qta. das
Pedreiras
1750-233 Lisboa
Telef: 217 501 100
Site: www.fresenius-medical-care.pt

GILEAD SCIENCES, LDA.

Atrium Saldanha Praça Duque de
Saldanha, 1 - 8ª e B
1050-094 Lisboa
Telef: 217 928 790
Site: www.gilead.com

GLAXO WELLCOME FARMACÉUTICA, LDA.

Rua Dr. António Loureiro Borges,
3 Arquiparque-Miraflores
1499-013 Algués
Telef: 214 129 500
Site: www.gsk.com

GLAXOSMITHKLINE - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, LDA.

Rua Dr. António Loureiro Borges,
3 Arquiparque-Miraflores
1499-013 Algués
Telef: 214 129 500
Site: www.gsk.com

GLAXOSMITHKLINE CONSUMER HEALTHCARE - PRODUTOS PARA A SAÚDE E HIGIENE, LDA.

Rua Dr. António Loureiro Borges,
3 Arquiparque-Miraflores
1495-131 Algués
Telef: 214 129 500
Site: www.gsk.com

GRUNENTHAL, S.A.

Alameda Fernão Lopes, 12 - 8ªA
1495-190 Algués
Telef: 214 726 300
Site: www.grunenthal.pt

SAÚDE ONLINE

WWW.SAUDEONLINE.PT

TUDO O QUE ACONTECE
NA SAÚDE AO LONGO DO DIA,
TODOS OS DIAS



Lançado em setembro de 2016, o portal www.saudeonline.com conta hoje com mais de **124 mil utilizadores**

O portal **Saúde Online** é hoje, indiscutivelmente, a principal referência, entre os meios dedicados à divulgação de informação especializada na área da saúde sendo também o **órgão de comunicação social com maior audiência no segmento da saúde.**

IPSEN PORTUGAL - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, S.A.

Alameda Fernão Lopes, 16 - 11º
Miraflores
1495-190 Algé
Telef: 214 123 550
Site: www.ipsen.com

ISDIN - LABORATÓRIO FARMACÉUTICO UNIPessoal, LDA

Avenida Infante D. Henrique, Lote 1 - Edifício Xerox
1950-421 Lisboa
Telef: 218 950 084
Site: www.isdin.com

JABA RECORDATI S.A.

Lagoas Park, Edifício 5, Torre C, Piso 3
2740-245 Porto Salvo
Telef: 214 329 560
Site: www.jaba.pt

JANSSEN CILAG FARMACÉUTICA, LDA

Lagoas Park, Edifício 9
2740-262 Porto Salvo
Telef: 214 368 835
Site: www.janssen.com/portugal

JOHNSON & JOHNSON, LDA.

Lagoas Park, Edifício 9
2740-262 Porto Salvo
Telef: 214 368 600
Site: www.jnj.pt

KORANGI - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, LDA.

Rua da Vinha, 17
2765-388 Estoril
Telef: 219 251 901
Site: www.korangi.pt

LABORATÓRIO EDOL, PRODUTOS FARMACÉUTICOS, S.A.

Av. 25 de Abril, 6 - 6º
2795-195 Linda-a-Velha
Telef: 214 158 130
Site: www.edol.pt

LABORATÓRIO MEDINFAR - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, S.A.

Rua Henrique de Paiva Couceiro, 29, Venda Nova
2704-006 Amadora
Telef: 214 997 400
Site: www.medinfar.pt

LABORATÓRIOS ATRAL, S.A.

Rua da Estação,
42 Vala do Carregado
2600-726 Castanheira do Ribatejo
Telef: 263 856 800
Site: www.atralcipan.com

LABORATÓRIOS AZEVEDOS - INDÚSTRIA FARMACÉUTICA, S.A.

Estrada da Quinta 148 - 148 A
2645-436 Alcabideche
Telef: 214 725 900
Site: www.grupoazevedos.com

LABORATÓRIOS BASI - INDÚSTRIA FARMACÉUTICA, S.A.

Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, Lote 15
3450-232 Mortágua
Telef: 231 920 250
Site: www.basi.pt

LABORATÓRIOS GALDERMA SA - SUCURSAL EM PORTUGAL

Rua Alexandre Herculano, 8
2799-554 Linda-a-Velha
Telef: 213 151 940
Site: www.galderma.pt

LABORATÓRIOS INIBSA, S.A.

Sintra Business Parck,
Edifício 1 - 2º I Zona Industrial da Abrunheira
2710-089 Sintra
Telef: 219 112 730
Site: www.inibsa.pt

LABORATÓRIOS PFIZER, LDA.

Lagoas Parque, Edifício 10
2740-271 Porto Salvo
Telef: 214 235 500
Site: www.pfizer.pt

LABORATÓRIOS VITÓRIA, S.A.

Rua Elias Garcia, 28
2700-327 Amadora
Telef: 214 758 300
Site: www.labvitoria.pt

LEO FARMACÉUTICOS, LDA.

Torre Colombo Oriente Av. do Colégio Militar, 37F - 7º Piso
Fracção C 1500-180 Lisboa
Telef: 217 110 760
Site: www.leo-pharma.pt

LILLY PORTUGAL - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, LDA.

Torre Ocidente - R. Galileu Galilei,
2º Piso 7 Fracção A/D
1500-392 Lisboa
Telef: 214 126 600
Site: www.lilly.pt

LUNDBECK PORTUGAL - PRODUTOS FARMACÉUTICOS UNIPessoal, LDA.

Quinta da Fonte Rua dos Malhões
Edifício Q.56 D. Pedro I - 2º Esq
2770-203 Paço de Arcos
Telef: 210 045 900
Site: www.lundbeck.com

LUSOMEDICAMENTA, SOCIEDADE TÉCNICA FARMACÉUTICA, S.A.

Estrada Consiglieri Pedroso, 69-B
Queluz de Baixo
2730-055 Barcarena
Telef: 214 340 000
Site: www.lusomedicamenta.pt

MEDTRONIC PORTUGAL, LDA.

Centro Empresarial Torres de Lisboa, Rua Tomás da Fonseca,
Torre E . 11º andar
1600-209 Lisboa
Telef: 217 245 100
Site: www.medtronic.pt

MENARINI DIAGNÓSTICOS - MATERIAL DE LABORATÓRIO, LDA.

Quinta da Fonte, Edifício D.
Manuel I, 2º B
2770-203 Paço de Arcos
Telef: 210 930 000
Site: www.menarinidiag.pt

MERCK SHARP & DOHME, LDA.

Edif. Vasco da Gama, 19 Quinta da Fonte
2770-192 Paço de Arcos
Telef: 214 465 700
Site: www.msd.pt

MERCK, S.A.

Edifício DUO Miraflores Alameda Fernão Lopes, 12 4º B
1495-190 Miraflores
Telef: 213 613 500
Site: www.merck.pt

MUNDIPHARMA FARMACÉUTICA, LDA.

Lagoas Park Edifício 8 Piso 0 R.
Encosta das Lagoas
2740-268 Porto Salvo Oeiras
Telef: 219 013 162
Site: www.mundipharma.pt

NORGINE - PORTUGAL FARMACÉUTICA UNIPessoal, LDA.

Edifício Smart, Rua do Pólo Norte e Alameda dos Oceanos, Lote 1.06.1.1 - Escritório 1C
1990-235 Lisboa
Telef: 218 952 735
Site: www.norgine.com

NOVARTIS FARMA - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, S.A.

Av. Prof. Dr. Cavaco Silva, 10 E Taguspark
2740-255 Porto Salvo
Telef: 210 008 600
Site: www.novartis.pt

NOVO NORDISK COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÉUTICOS, LDA.

Edf. D. José, Q54 - Piso 1 Quinta da Fonte
2744-970 Paço de Arcos
Telef: 214 404 000
Site: www.novonordisk.pt

OM PHARMA S.A.

Rua da Indústria, 2 - Quinta Grande
2610-088 Amadora
Telef: 214 708 500
Site: www.ompharma.pt

ORTHO CLINICAL DIAGNOSTICS Portugal Unipessoal, LDA

Lagoas Park Edifício 5,
Torre B, Piso 2
2740-245 Porto Salvo
Telef: 800 201 339
Site: www.orthoclinicaldiagnostics.com

PFIZER BIOFARMACÉUTICA, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.

Lagoas Park, Edifício Dez
2740-271 Porto Salvo
Telef: 214 235 500
Site: www.pfizer.pt

PHARMAKERN PORTUGAL - PRODUTOS FARMACÉUTICOS SOC. UNIPessoal, LDA.

Avenida do Forte, 3, Edifício Suécia I, Piso 0, salas 1.04 e 1.29
2794-038 Carnaxide
Telef: 214200290
Site: www.pharmakern.com

ROCHE - SISTEMAS DE DIAGNÓSTICOS, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.

Estrada Nacional, 249 - 1
2720-413 Amadora
Telef: 214 257 000
Site: www.roche.pt

ROCHE FARMACÉUTICA QUÍMICA, LDA.

Estrada Nacional, 249 - 1
2720-413 Amadora
Telef: 214 257 000
Site: www.roche.pt

SANOFI - PRODUTOS FARMACÉUTICOS, LDA.

Empreendimento Lagoas Park - Edifício 7 - 3º andar
2740-244 Porto Salvo
Telef: 213 589 400
Site: www.sanofi.pt



EDIÇÃO DIGITAL DESDE 0,99€/SEMANA*

*assinatura anual 51,99€



O Jornal Económico surge também em versão digital. As melhores notícias da economia nacional e internacional de forma portátil, inteligente, económica e amiga do ambiente. Para ler em qualquer lugar e através de qualquer dispositivo (computador, tablet ou smartphone). Aproximamos a economia de si.

Subscreva já em: jornaleconomico.sapo.pt/assinaturas

SERVIER PORTUGAL - ESPECIALIDADES FARMACÊUTICAS, LDA.
Av. António Augusto de Aguiar, 128
1069-133 Lisboa
Telef: 213 122 000
Site: www.servier.com

SHIRE PHARMACEUTICALS PORTUGAL, LDA.
Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa
Telef: 213 502 130
Site: www.shire.com

SOFARIMEX - INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA, SA.
Avenida das Indústrias
Alto de Colaride 2735-213 Cacém
Telef: 214 328 200

TAKEDA - PRODUTOS FARMACÊUTICOS, LDA.
Av. da Torre de Belém,
19 - R/C E
1400-342 Lisboa
Telef: 211 201 457
Site: www.takeda.pt

TECNIFAR - INDÚSTRIA TÉCNICA FARMACÊUTICA, S.A.
Rua José da Costa Pedreira,
11B – Torre Sul
1750-130 Lisboa
Telef: 210 330 700
Site: www.tecnifar.pt

TECNIMEDE - SOCIEDADE TÉCNICO-MEDICINAL, S.A.
Rua da Tapada Grande,
2 Abrunheira
2710-089 Sintra
Telef: 210 414 100
Site: www.tecnimedede.pt

UCB PHARMA (PRODUTOS FARMACÊUTICOS), LDA.
Rua Victor Câmara, Edifício Q 60,
D.- Maria I, Piso 1,
Fracção D Quinta da Fonte
2770-229 Paço de Arcos
Telef: 213 025 327
Site: www.ucb.com

VIIHVIV HEALTHCARE, UNIPESSOAL, LDA
Rua Dr. António Loureiro
Borges, nº3, Arquiparque -

Miraflores 1499-013 Algés
Telef: 210 940 801
Site: www.viivhealthcare.com

ZAMBON - PRODUTOS FARMACÊUTICOS, LDA.
Rua Comandante
Enrique Maya, 1
1500-192 Lisboa
Telef: 217 600 954
Site: www.zambon.pt



As informações deste diretório, foram gentilmente cedidas pela Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica, que congrega a maioria das empresas do setor. Esta listagem é, pois, representativa do setor, ainda que não inclua a totalidade das empresas farmacêuticas que operam em Portugal.

O Jornal Económico

Atualize os seus dados para a próxima edição



Envie os seus dados para:
Telef: 217 655 300
E-mail: comercial@jornaleconomico.pt

